

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí - TECAR, terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços à siderurgia da CSN.

Em 30 de novembro de 2015 a Companhia transferiu seus negócios de minério de ferro e logística correlata, que incluem os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, o direito de operar o TECAR e participação na MRS Logística S.A. (“MRS”), para sua controlada CSN Mineração S.A. (“CSN Mineração”) (atual denominação social de Congonhas Minérios S.A.). Nessa mesma data, ocorreu a combinação de negócios da Companhia e da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), que resultou em uma participação do Consórcio Asiático de 12,48% na CSN Mineração.

As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessas matérias-primas é comercializado com controladas e terceiros.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ), a Companhia instalou uma nova unidade de negócios que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

A Companhia iniciou no 2º semestre de 2016 a operação de um novo forno de clínquer em Arcos, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria e dois moinhos de cimento. Com esse projeto a capacidade de produção

de cimentos no Sudeste deverá atingir 4,4 milhões de toneladas anuais. Em uma fase posterior a empresa avalia a implantação de uma unidade de moagem avançada, adicionando mais 1 milhão de toneladas.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que explora a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), concessionárias da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres (Tecon), e por meio de sua controlada CSN Mineração, o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas e, no Tecar, o embarque do minério de ferro destinado ao mercado transoceânico embarque e o desembarque de carvão e outros produtos, como coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 27 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

- **Continuidade Operacional:**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$30,5 bilhões, dos quais R\$28,3 bilhões possuem vencimentos no longo prazo, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Até o 3º trimestre de 2017 a Companhia amortizou principal e juros no montante de R\$2,9 bilhões, e para o 4º trimestre de 2017 é prevista uma amortização de principal e juros no montante R\$1,1 bilhão. Durante o ano de 2018 são esperados pagamentos de empréstimos, que incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$7,7 bilhões em valores aproximados.

A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais podendo implicar nas seguintes considerações:

- Dedicção de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
 - Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
-

- Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
- Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

A Companhia apresentou prejuízos contábeis em períodos recentes (R\$0,9 bilhão em 2016), principalmente em função da alavancagem financeira, cujo custo da dívida (R\$3,3 bilhões em 2016) é atualmente superior ao resultado operacional antes dos impostos (R\$1,0 bilhão em 2016). A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela Administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, que mostrou em 2016 marcada evolução frente ao exercício anterior, a Administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia, através de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos.

Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R\$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e R\$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A, deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R\$100 milhões e US\$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019. Para 2017, a Administração permanece engajada com o plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, estimando a repactuação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1,5 bilhão.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não-estratégicos; entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até dezembro de 2018, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possua os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, perda para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 27 de outubro de 2017.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas, coligadas e fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2016	31/12/2015	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp. (1)		100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A.(*)	100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.(2)	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste (3)		99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (*)	99,99	99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
CSN Mineração S.A. (4)	87,52	87,52	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	100,00	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	90,78	89,79	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
CGPAR - Construção Pesada S.A. (5)	100,00		Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	99,94	99,94	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd. (1)		100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd (1)		100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH (6)		87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	100,00	100,00	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stahlwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)	100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited	100,00	100,00	Representação Comercial
Namisa International Minérios SLU	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda. (1)		87,52	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
CSN Mining GmbH (7)	87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited (8)	87,52	87,52	Representação comercial
Aceros México CSN (9)	100,00		Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A. (5)		50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A.	49,02	56,92	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A.	16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 10.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e classificadas como disponíveis para venda.

• Eventos ocorridos em 2016:

1. Empresas liquidadas,
2. Nova razão social da Mineração Nacional,

3. Empresa vendida à Can-Pack, conforme nota 4
4. Nova razão social da Congonhas Minérios S.A.,
5. Aquisição do controle, conforme nota 3.2,
6. Empresa incorporada pela controlada indireta CSN Mining GmbH,
7. Nova razão social da Namisa Handel GmbH,
8. Nova razão social da Namisa Asia Limited,
9. Empresa constituída.

• Fundos Exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2016	31/12/2015	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00		Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Diplic - Fundo de investimento multimercado crédito privado (1)		100,00	Fundo de investimento
BB Steel - Fundo de investimento multimercado crédito privado (1)		100,00	Fundo de investimento

1. Fundos de investimentos multimercado crédito privado resgatado integralmente.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

• Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016, US\$1 equivale a R\$3,2591 (R\$3,9048 em 31 de dezembro de 2015) e €1 equivale a R\$3,4384 (R\$4,2504 em 31 de dezembro de 2015), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e

equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo pelo resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 6 .

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 11. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;

- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.1) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período

do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam serviços de transporte ferroviário e portuário geridos por empresas controladas e joint-ventures. As concessões incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas se referem à malha ferroviária em operação no Nordeste, gerida pela controlada FTL, o terminal de containers em Itaguaí, gerido pela controlada Sepetiba Tecon e o terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR, gerido pela controlada CSN Mineração.

Os contratos de concessão da Companhia não estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento.

Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Existem ativos relacionados às concessões que estão sujeitos a reversão ao poder concedente no fim do acordo de concessão.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2016 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)		Classificação no balanço
Sepetiba Tecon S.A. (TECON)	239	milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
Tecar	1.514	milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)	280	milhões	Ativo imobilizado
Transnordestina Logística S.A. (TLSA)	7.413	milhões ⁽¹⁾	Investimento
MRS Logística S.A. (MRS)	3.576	milhões ⁽²⁾	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da TLSA. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento da TLSA em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.491.358.

(2) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da MRS. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento consolidado da MRS em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.711.558.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas

como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

- ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 14 - Instrumentos Financeiros.

iii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- ***Hedge* de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

As movimentações dos valores de hedge denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 14 – Instrumentos Financeiros.

- **Hedge de investimento líquido**

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois o vencimento dos passivos financeiros está relacionado à variação cambial dos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em outras operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 14 - Instrumentos Financeiros.

2.x) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.z) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment.

2.a.a) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas ainda não entraram em vigência e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	<p>O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.</p> <p>Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39.</p> <p>A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.</p> <p>A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.</p>	1º de janeiro de 2018
IFRS15 – Receita de Contratos com clientes	<p>Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.</p> <p>A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.</p>	1º de janeiro de 2018
IFRS16 – Leases (Arrendamentos)	<p>Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamentos) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.</p>	1º de janeiro de 2019

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 1)	As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	1º de janeiro de 2017.
Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)	As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	1º de janeiro de 2017
IFRIC 22 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento	Essa interpretação trata de transação em moeda estrangeira (ou parte dela) quando a entidade reconhece o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou recebimento antecipado antes que a entidade reconheça o ativo, a despesa ou a receita relacionada (ou parte dele).	1º de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS.

Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

A Companhia adotará as normas aplicáveis quando estas entrarem em vigor. Até o momento os impactos das novas normas estão em estudo e avaliação e, por conseguinte, a Administração não consegue determinar os efeitos qualitativos e quantitativos da aplicação dessas normas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.a.b) Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015

Adicionalmente à revisão detalhada da transação da combinação de negócios explicada no item (a) abaixo, a administração da Companhia realizou uma profunda revisão de diversos componentes e transações, inclusive os estudos que suportam o reconhecimento e manutenção dos montantes de ativos de longa duração, tais como investimentos em controladas e coligadas, ágios, imobilizado e créditos fiscais. Como consequência dessa revisão, um ativo de longa duração cuja realização depende de projeções com premissas observáveis foi reavaliado e, por sua vez, teve sua expectativa de realização ajustada. Desta forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 originalmente datadas de 28 de março de 2016 e reapresentadas em 14 de novembro de 2016 por conta de ajustes na participação de acionistas não-controladores, está sendo reapresentada pela segunda vez em decorrência das revisões detalhadas mencionadas acima que culminaram em ajustes relevantes nos seguintes itens:

- (a) Combinação de negócios entre a CSN Mineração e a NAMISA; e
- (b) Expectativas de realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social;

A seguir discorreremos em maiores detalhes os itens que levaram a administração a optar pela segunda reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

a. Combinação de Negócios

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 como consequência de uma revisão detalhada em todos os aspectos da combinação de negócios realizada em 30 de novembro de 2015, na qual as atividades de mineração da Companhia foram reestruturadas e concentradas em uma empresa principal, a CSN Mineração S.A. Essa revisão ocorreu após a primeira reapresentação, em 14 de novembro de 2016, daquelas demonstrações financeiras decorrente de uma mudança de interpretação dos ganhos atribuídos aos sócios controladores e não controladores, conforme divulgado na nota 2.a.b daquelas demonstrações financeiras.

Na referida revisão, a Companhia identificou erros em premissas utilizadas na determinação dos valores justos das entidades envolvidas, Namisa e CSN Mineração, bem como na contabilização da cláusula do Acordo de Investimento assinado em dezembro de 2014, que trata dos ativos da Namisa excluídos da transação (Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas – os ativos cindidos). Por esta cláusula, os ativos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas inseridos na avaliação feita para determinação do valor justo da Namisa deveriam ter sido transferidos diretamente para outra entidade que não a CSN Mineração. Equivocadamente, eles integraram a base do acervo da Namisa integralizados na CSN Mineração para, em ato subsequente, serem transferidos da CSN Mineração para a Minérios Nacional S.A. ("Minérios Nacional") (atual denominação social de Mineração Nacional S.A). Por fim, a revisão culminou na mudança de interpretação na determinação do ganho ou perda na liquidação da relação preexistente entre empresas adquirente e adquirida conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC15/ IFRS3.

Conforme mencionado na Nota 3, em 30 de novembro de 2015 a CSN Mineração adquiriu o controle da *joint-venture* Namisa e aplicou o CPC15 / IFRS3 para a contabilização da combinação de negócios pelo método de aquisição.

A implementação jurídica da operação ocorreu em 30 de novembro de 2015 e se deu pela emissão primária de ações pela CSN Mineração com integralização, pelo Consórcio Asiático, de suas ações detidas da Namisa pós-cisão. Ato subsequente à integralização, CSN Mineração e CSN assinaram um acordo de acionistas da Namisa conferindo o controle unilateral da Namisa para a CSN Mineração nessa mesma data. Com a cisão desproporcional, o percentual do consórcio na Namisa passou a ser de 40,24% e o da CSN de 59,76% (antes da cisão, 40% e 60%, respectivamente). Neste contexto, na sequência, a Namisa pós-cisão foi incorporada pela CSN Mineração, extinguindo o referido acordo de acionistas.

A aplicação do método de aquisição na combinação de negócios que havia resultado em ganhos líquidos no montante de R\$2,9 bilhões no resultado do exercício da subsidiária CSN Mineração (adquirente) e na CSN Controladora e Consolidado, passaram a ser de R\$2,2 bilhões na CSN Mineração e de R\$3,0 bilhões na CSN Controladora e Consolidado após a revisão da transação, e que são compostos da seguinte maneira:

	CSN Mineração (Em R\$ Milhões)	
	Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Ganho na reavaliação a valor justo da participação de 60% já detida na NAMISA antes da transação	2.791	2.516
Ganho (perda) na liquidação de relações pré-existent	622	(493)
Imposto de renda e contribuição social	(528)	168
Ganhos líquidos	2.885	2.191

	CSN Controladora (Em R\$ Milhões)	
	Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Resultado de equivalência patrimonial	2.885	2.191
Ganho na reavaliação a valor justo da participação de 60% nos ativos cindidos da NAMISA já detida antes da transação		1.274
Imposto de renda e contribuição social		(433)
Ganhos líquidos	2.885	3.032

	CSN Consolidado (Em R\$ Milhões)	
	Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Ganho na reavaliação a valor justo da participação de 60% já detida na NAMISA antes da transação	2.791	3.790
Ganho (perda) na liquidação de relações pré-existentis	622	(493)
Imposto de renda e contribuição social	(528)	(265)
Ganhos líquidos	2.885	3.032

Como consequência da referida reavaliação dos aspectos da combinação de negócios que culminou na identificação de erros em premissas utilizadas na determinação do valor justo da Namisa, a Companhia identificou que o preço de compra considerado para fins contábeis, anteriormente de R\$13,4 bilhões, passou a ser de R\$17,5 bilhões conforme demonstrado no quadro abaixo:

Item	Comentário	R\$ (Milhões)	
		Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de USD707MM.	2.727	2.727
Passivos assumidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida.	6	6
Participações societárias emitidas	A CSN Mineração emitiu ações que foram entregues ao Consórcio Asiático.	2.619	4.034
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	A CSN Mineração detinha 60% das ações da Namisa antes da combinação de negócios e realizou a sua avaliação ao valor justo.	8.023	10.700
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		13.375	17.467

Por outro lado, ao implementar a operação, a CSN havia registrado em suas demonstrações financeiras reapresentadas em 14 de novembro de 2016, um ganho de R\$1,6 bilhão diretamente no patrimônio líquido decorrente de sua variação no percentual de participação, que foi ajustado para R\$2,9 bilhões, conforme demonstrado abaixo.

Eventos	R\$ (Milhões)	
	Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Contribuição ao capital da CSN Mineração realizado pelo Consórcio	2.619	4.034
Participação da CSN - 87,52% (1)	2.292	3.531
Aquisição pela CSN dos 4,16%	2.727	2.727
Ajuste financeiro de capital de giro e dívida (closing)		6
Ativos transferidos e passivos assumidos	2.727	2.733
Participação do Consórcio - 12,48% (2)	(340)	(341)
Ajuste de variação do % de participação (3)	(360)	(274)
Outros efeitos decorrentes da reorganização societária (4)	(7)	27
Total do ganho na transação entre acionistas (1+2+3+4)	1.585	2.943

Esses valores estão detalhados na nota 3. A CSN integralizou os ativos cindidos Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas em sua subsidiária integral Minérios Nacional ao valor contábil de R\$60 milhões. O montante da remensuração desses ativos a valor justo permaneceu registrado na CSN na conta de Investimento tendo como suporte o direito minerário no valor de R\$2,2 bilhões.

Os aspectos que levaram aos ajustes acima no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia são os seguintes:

- Premissas de frete marítimo nos laudos que determinaram os valores justos da Namisa e da CSN Mineração;
- Empresas comparáveis utilizadas na determinação da taxa de desconto usada nos laudos de determinação dos valores justos da Namisa e da CSN Mineração;
- Aplicação dos preceitos do CPC15 / IFRS3 relacionados com a liquidação de relações pré-existentes entre as entidades adquirente e adquirida;
- Aplicação da cláusula do Acordo de Investimento que determinava a exclusão de certos ativos (ativos cindidos) da transação; e
- Premissas de frete ferroviário na determinação dos valores justos dos ativos cindidos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas.

A seguir discorreremos sobre cada um dos erros acima e mostramos os seus impactos individuais na combinação de negócios:

- Frete Marítimo** – Ganho adicional no resultado de R\$1.991 milhões e no patrimônio líquido da CSN de R\$2.677 milhões

Durante o processo de revisão da transação de combinação de negócios, identificamos que os preços dos custos de frete marítimo considerados nos laudos que determinaram os valores justos da CSN Mineração e da Namisa elaborados à época da transação do final de 2015 foram superavaliados e não guardavam uma relação com as curvas históricas quando comparadas com as curvas de preços de minério de ferro e tampouco apresentavam uma continuidade em relação aos preços efetivamente praticados tanto pela própria CSN como pelo mercado em transações àquela época. Novos laudos para determinação dos valores justos foram elaborados para a CSN Mineração e para a Namisa e uma nova curva de preços de frete marítimo foi calculada tomando por base as variações dos preços de petróleo que culminou em uma relação frete/preço de minério mais compatível com os dados históricos e com os preços efetivamente praticados. A alteração da curva de frete marítimo incrementou o fluxo de caixa descontado da CSN Mineração em R\$8,0 bilhões e da Namisa em R\$3,5 bilhões. Este incremento de fluxo de caixa descontado da Namisa gerou um ganho adicional de R\$1.496 milhões na CSN Mineração e de R\$495 milhões na Controladora ao anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas reapresentadas em 14 de novembro de 2016.

- Taxa de desconto** – ganho adicional no resultado consolidado de R\$ 48 milhões e no patrimônio líquido da CSN de R\$443 milhões

Na revisão da combinação de negócios também foi identificado que uma empresa que não guardava relação com as atividades de minério de ferro foi considerada erroneamente na determinação da taxa de desconto do fluxo de caixa. A alteração das empresas pares na determinação da taxa de desconto alterou a taxa de 14,36% para 13,83% na Namisa e de 13,91% para

13,19% na CSN Mineração, gerando um incremento de fluxo de caixa descontado de R\$3,6 bilhões da CSN Mineração e de R\$1,2 bilhão da Namisa. Este incremento de fluxo de caixa descontado da Namisa gerou uma perda de R\$48 milhões no resultado da CSN Mineração e um ganho de R\$96 milhões na Controladora, quando comparado o anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas reapresentadas em 14 de novembro de 2016. Adicionalmente, foram reconhecidos R\$395 milhões de incremento diretamente no patrimônio líquido, conforme demonstrado no quadro resumo mais abaixo.

- **Liquidação das relações pré-existentes** – impacto negativo exclusivamente relacionado a parcela pré paga dos contratos operacionais de R\$2.056 milhões no resultado e de R\$1.799 milhões no patrimônio líquido da CSN pela reversão de ganho antes dos impostos de R\$1.554 milhões para perda antes dos impostos de R\$1.225 milhões, quando combinado com os demais efeitos relativos aos erros identificados.

Nas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas anteriormente e reapresentadas em 14 de novembro de 2016 consideraram para fins de cálculo do ganho na liquidação das relações pré-existentes entre as empresas adquirente e adquirida uma comparação dos preços contratuais com os preços praticados no mercado não levando em consideração que uma parte do preço contratual foi pré-paga em 2008 quando da assinatura dos contratos operacionais de ROM (*Run of Mine*) e porto. Na revisão desse procedimento, concluiu-se que a mensuração dos ganhos ou perdas na liquidação dessas relações pré-existentes deveriam ser considerados somente os fluxos de caixa remanescentes desses contratos operacionais. Esta alteração de comparação de fluxos de caixa remanescentes versus preços contratuais e de mercado reverteram o ganho na liquidação das relações pré-existentes de R\$1.554 milhões para uma perda de R\$1.225 milhões.

- **Exclusão dos ativos cindidos**

Após reavaliar a Namisa ao seu valor justo à época da transação, os ativos excluídos da transação foram cindidos da Namisa (Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas) para CSN e transferidos para a Minérios Nacional concomitantemente com o acervo principal da Namisa que fora adquirido pela CSN Mineração. Desta forma, esses ativos cindidos não deveriam ter transitado inicialmente no patrimônio líquido da CSN Mineração para posterior transferência à Minérios Nacional, ainda que tenha ocorrido na mesma data da transação, em 30 de novembro de 2015.

Desta forma, o ganho de R\$841 milhões líquidos de efeitos tributários na remensuração da parcela já detida pela Companhia referente a aquisição do controle dos ativos cindidos da NAMISA, passou a ser refletido diretamente na Controladora.

- **Frete ferroviário** – ganho no resultado de R\$235 milhões e de R\$244 no patrimônio líquido da CSN.

No laudo de determinação do valor justo elaborado à época da transação que determinou o fluxo de caixa descontado dos ativos cindidos da Namisa, considerou erroneamente um custo de frete ferroviário superavaliado. O novo laudo corrigiu os preços de frete ferroviário praticados pelos ativos cindidos.

- **Outros ajustes** – perda no resultado de R\$71 milhões e de R\$59 no patrimônio líquido da CSN.

Os novos laudos também corrigiram efeitos relativos a não inclusão no fluxo de caixa descontado decorrentes da incidência das contribuições CFEM/TFRM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais/ Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais), além de ajustes relativos ao balanço final utilizado como base para avaliação do valor contábil dos ativos da Namisa.

A tabela abaixo resume por natureza de evento e qualificação de erro os impactos acima descritos.

(Em R\$ Milhões)									
	Nota	Versão Publicada	Parcela pré paga dos contratos operacionais	Taxa de Desconto (WACC)	Frete Marítimo	Frete Ferroviário	CFEM e TFRM	Atualização do Balanço de Fechamento	Versão Reapresentada
Patrimônio líquido da CSN Mineração antes da combinação de negócios		173							173
Contribuição contábil ref. ativos de CdP, TECAR, MRS e 60% da NAMISA		157							157
Contribuição de capital da CSN Mineração realizado pelo Consórcio		2.619		440	975				4.034
Ganho na remensuração dos 59,76% na NAMISA pós cisão		1.859		376	1.099			(86)	3.248
Ganho (perda) na liquidação de relacionamento pré existente		1.554	(2.743)	(566)	530				(1.225)
Impostos sobre ganho (perda) na liquidação de relacionamento pré existente		(528)	687	142	(133)				168
Contribuição de capital pela transferência dos ativos cindidos		(282)		(30)	(156)	(74)	(6)	1	(547)
Ativos transferidos e passivos assumidos		2.733							2.733
Patrimônio líquido da CSN Mineração ajustado após a combinação de negócios		8.285	(2.056)	362	2.315	(74)	(6)	(85)	8.741
Parcela do patrimônio líquido da CSN Mineração atribuída aos sócios minoritários (a)	12,48%	1.034	(257)	45	289	(9)	(1)	(11)	1.090
Valor justo das ações emitidas pela CSN Mineração para o Consórcio Asiático (b)	3.3 a ii	2.619		440	975				4.034
Ganho na transação entre acionistas (b - a)	3.4	1.585	257	395	686	9	1	11	2.944
Efeito no resultado do exercício:									
CSN Mineração (ganho na remensuração dos ativos remanescentes e na eliminação dos contratos, líquidos de impostos)		2.885	(2.056)	(48)	1.496			(86)	2.191
Controladora (ganho na remensuração dos ativos cindidos, líquidos de impostos)				96	495	235	18	(3)	841
Consolidado		2.885	(2.056)	48	1.991	235	18	(89)	3.032
Efeito final do patrimonio liquido da CSN	3.5	4.470	(1.799)	443	2.677	244	19	(78)	5.976

b. Perdas Estimadas de Créditos de IR e CS Diferidos

A Companhia está reapresentando os saldos de créditos de IR e CS diferidos de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 após revisão técnica, durante o exercício de 2016, dos aspectos negativos e positivos que sustentavam sua manutenção. A principal mudança no processo decisório para esta reapresentação consiste no fato da exclusão da venda de determinados ativos *non-core* dos estudos de recuperação dos créditos, reduzindo a base tributável futura das projeções, aliado ao maior peso a ser dado à evidência observável de prejuízos fiscais existentes nos últimos exercícios, conforme interpretação dada pelo pronunciamento técnico IAS 12/CPC 32. Conforme estabelecido na norma, no caso de existência de histórico recente de prejuízos sucessivos ou alternados em diversos exercícios, este torna-se a evidência primária para avaliação da manutenção ou registro de créditos fiscais compensáveis com lucros tributáveis futuros, ficando o estudo de projeções desses lucros como uma fonte de evidências secundária e com menor peso na avaliação.

Desta forma, a Companhia optou por manter no ativo um montante de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social equivalentes a 30% do saldo do imposto de renda diferido passivo, montante este a ser utilizado à medida em que o imposto diferido passivo se tornar imposto de renda corrente a pagar. Com isso, a totalidade dos créditos decorrentes de diferenças temporárias foi provisionada e mantida em estoque de créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia para posterior utilização. Esta sistemática de manutenção de créditos fiscais equivalentes a 30% do imposto de renda diferido passivo permanecerá até o momento em que um novo histórico de lucros tributáveis se instale e os estudos de projeções de lucros futuros voltem a ser evidências primárias para registro de créditos fiscais, quando então a Companhia reconhecerá as diferenças temporárias e montantes superiores de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que serão utilizados para compensar imposto de renda a pagar decorrentes de lucros tributáveis futuros.

Com base no estudo acima mencionado, a Companhia reconheceu em 2015 uma perda estimada dos créditos de IR e CS diferidos de R\$3.173 milhões, sendo R\$2.949 milhões reconhecidos no resultado e R\$224 milhões no patrimônio líquido, conforme detalhado na nota 16(c) "Teste de recuperação do IR/CS Diferidos".

2.a.c) Reclassificação de saldos contábeis de 2015

- A Companhia reclassificou o resultado da Cia Metalic Nordeste no montante de R\$1.911 para operações descontinuadas, para efeito de comparabilidade, conforme detalhado na nota 4.
- Adicionalmente reclassificou o resultado de hedge de fluxo de caixa realizado de 2015 da rubrica resultado financeiro para outras receitas operacionais no montante de R\$11.439 para efeito de comparabilidade atendendo a classificação utilizada em 2016.

2.a.d) Impactos nas demonstrações financeiras de 2015

Os impactos nas demonstrações financeiras dos itens mencionados nas notas 2.ab e 2.ac são apresentados conforme a seguir:

• Demonstração do Resultado

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2015			31/12/2015		
	Originalmente Publicado	Reclassificações	Versão Reapresentada	Originalmente Publicado	Reclassificações	Versão Reapresentada
Receita Líquida	15.331.852	(70.155)	15.261.697	11.718.369		11.718.369
Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.799.758)	59.657	(11.740.101)	(9.137.528)		(9.137.528)
Receitas (Despesas) Operacionais	1.645.531	(116.624)	1.528.907	4.518.263	536.935	5.055.198
Despesas com vendas	(1.436.000)	5.811	(1.430.189)	(683.516)		(683.516)
Despesas gerais e administrativas	(470.368)	36	(470.332)	(374.253)		(374.253)
Resultado da equivalência patrimonial	1.160.348	(76)	1.160.272	6.328.769	(725.730)	5.603.039
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	2.391.551	(122.395)	2.269.156	(752.737)	1.262.665	509.928
Lucro antes do Resultado Financeiro	5.177.625	(127.122)	5.050.503	7.099.104	536.935	7.636.039
Resultado financeiro líquido	(3.373.050)	7.888	(3.365.162)	(6.041.223)	11.439	(6.029.784)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.804.575	(119.234)	1.685.341	1.057.881	548.374	1.606.255
Imposto de renda e contribuição social	(188.624)	(2.714.592)	(2.903.216)	559.912	(3.382.200)	(2.822.288)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.615.951	(2.833.826)	(1.217.875)	1.617.793	(2.833.826)	(1.216.033)
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas		1.911	1.911		1.911	1.911
Lucro Líquido do Exercício	1.615.951	(2.831.915)	(1.215.964)	1.617.793	(2.831.915)	(1.214.122)
Atribuível a:						
Participação dos acionistas controladores	1.617.793	(2.831.915)	(1.214.122)	1.617.793	(2.831.915)	(1.214.122)
Participação dos acionistas não controladores	(1.842)		(1.842)			
	1.615.951	(2.831.915)	(1.215.964)	1.617.793	(2.831.915)	(1.214.122)

• Balanço Patrimonial

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2015			31/12/2015		
	Originalmente Publicado	Ajustes	Versão Reapresentada	Originalmente Publicado	Ajustes	Versão Reapresentada
ATIVO						
Circulante	16.430.691		16.430.691	8.842.440		8.842.440
Não circulante	32.219.283	(1.310.565)	30.908.718	36.763.086	(1.035.157)	35.727.929
Realizável a longo prazo	4.890.948	(3.228.961)	1.661.987	4.510.431	(3.228.961)	1.281.470
Investimento	3.998.227	12	3.998.239	23.323.565	2.193.804	25.517.369
Imobilizado	17.871.599	(45.373)	17.826.226	8.866.348		8.866.348
Intangível	5.458.509	1.963.757	7.422.266	62.742		62.742
TOTAL DO ATIVO	48.649.974	(1.310.565)	47.339.409	45.605.526	(1.035.157)	44.570.369
PASSIVO						
Circulante	5.325.571	(243.372)	5.082.199	4.272.372		4.272.372
Não Circulante	34.588.740	577.182	35.165.922	33.668.407	666.081	34.334.488
Patrimônio Líquido	8.735.663	(1.644.375)	7.091.288	7.664.747	(1.701.238)	5.963.509
Capital social	4.540.000		4.540.000	4.540.000		4.540.000
Reserva de capital	30		30	30		30
Reservas de lucros	2.464.701	(2.464.701)		2.464.701	(2.464.701)	
Resultados abrangentes	660.016	1.130.677	1.790.693	660.016	1.130.677	1.790.693
Prejuízos acumulados		(367.214)	(367.214)		(367.214)	(367.214)
Participação não controladores	1.070.916	56.863	1.127.779			
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.649.974	(1.310.565)	47.339.409	45.605.526	(1.035.157)	44.570.369

• Demonstração do Valor Adicionado

Consolidado 31/12/2015			Controladora 31/12/2015		
Originalmente Publicado	Reclassificações	Versão Reapresentada	Originalmente Publicado	Reclassificações	Versão Reapresentada
Receitas	18.022.991	(91.999)	17.930.992	14.141.702	14.141.702
Insumos adquiridos de terceiros	(9.885.152)	(34.551)	(9.919.703)	(10.512.997)	1.274.104
Valor adicionado bruto	8.137.839	(126.550)	8.011.289	3.628.705	4.902.809
Retenções	(1.176.840)	4.903	(1.171.937)	(863.741)	(863.741)
Valor adicionado líquido	6.960.999	(121.647)	6.839.352	2.764.964	4.039.068
Valor adicionado recebido em transferência	4.875.970	(2.126)	4.873.844	8.354.632	(725.730)
Resultado de equivalência patrimonial	1.160.348	(76)	1.160.272	6.328.769	(725.730)
Outros	3.715.622	(2.050)	3.713.572	2.025.863	5.603.039
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	11.836.969	(123.773)	11.713.196	11.119.596	548.374
11.667.970					
Pessoal e Encargos	1.981.402	(1.769)	1.979.633	1.450.801	1.450.801
Impostos, taxas e contribuições	1.150.868	2.710.317	3.861.185	(10.529)	3.382.200
Remuneração de capitais de terceiros	7.088.748	1.505	7.090.253	8.061.531	8.061.531
Remuneração de capitais próprios	1.615.951	(2.831.915)	(1.215.964)	1.617.793	(2.831.915)
Lucro/Prejuízo do exercício	1.617.793	(2.831.915)	(1.214.122)	1.617.793	(2.831.915)
Participação dos não controladores	(1.842)		(1.842)		
Outros	(1.911)	(1.911)	(1.911)	(1.911)	(1.911)
Resultado Operações Descontinuadas		(1.911)	(1.911)		(1.911)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.836.969	(123.773)	11.713.196	11.119.596	548.374
					11.667.970

• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora 31/12/2015				Consolidado 31/12/2015		
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva de Lucro	Lucros Prejuízo Acumulado	Outros Resultado abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores
Originalmente Publicado 31/12/2015	4.540.000	30	2.464.701		660.016	7.664.747	1.070.916
Reclassificações			(2.464.701)	(367.214)	1.130.677	(1.701.238)	56.863
Versão Reapresentada 31/12/2015	4.540.000	30		(367.214)	1.790.693	5.963.509	1.127.779
							7.091.288

• Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia não reapresentou os saldos da demonstração de fluxo de caixa de dezembro devido à alteração não ter efeitos material.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

3.1 Aquisição do controle da Nacional Minérios S.A. – Namisa

3.1.1 Objeto da transação

Em 11 dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com um Consórcio Asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. ("Consórcio Asiático").

A transação consistiu em uma combinação de negócios, por meio da qual o Consórcio Asiático contribuiu sua participação na Namisa, pós-cisão de certos ativos ("ativos cindidos" ou "ativos excluídos"), para a empresa CSN Mineração, uma subsidiária de mineração da CSN. Esses ativos cindidos foram ativos líquidos e direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas.

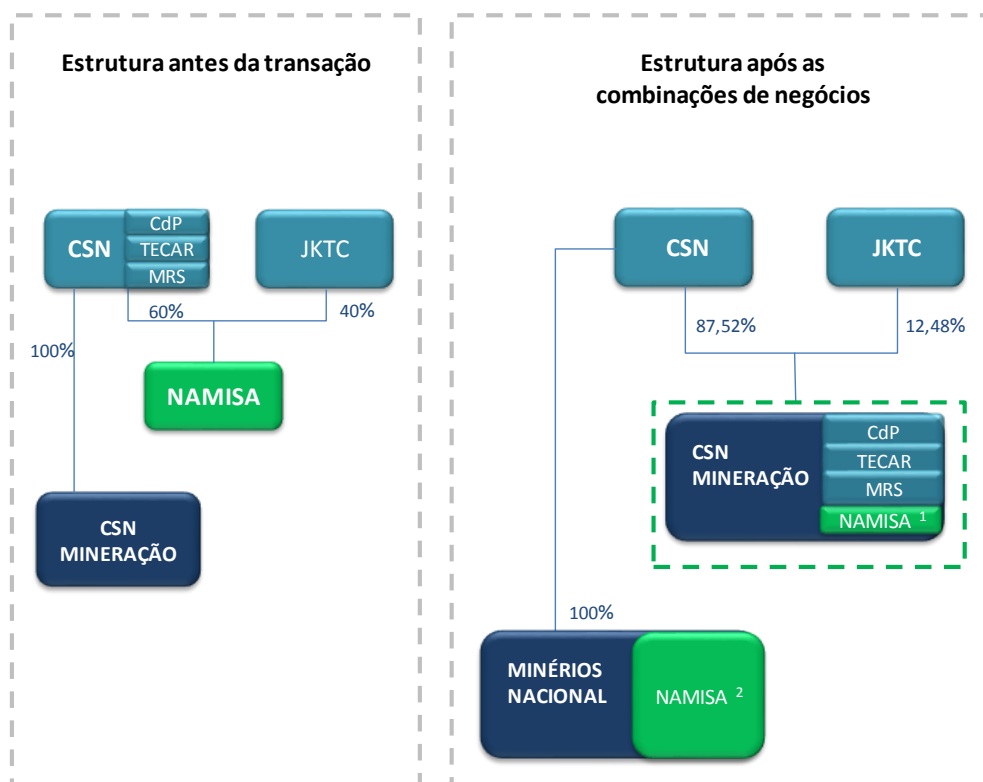
Após uma reorganização societária, a CSN Mineração passou a deter o estabelecimento comercial relativo à mina de minério de ferro Casa de Pedra, a participação de 60% na Namisa, 8,63% de participação direta na MRS, bem como o estabelecimento comercial relativo ao terminal portuário de importação de carvão e exportação de minério em Itaguaí – TECAR. Os ativos cindidos Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas foram contribuídos na Minérios Nacional, subsidiária integral da controladora.

A transação foi concluída por meio da assinatura de um novo Acordo de Acionistas da CSN Mineração em 30 de novembro de 2015.

As seguintes etapas foram realizadas para a conclusão da transação:

- Pagamento de dividendos pela Namisa no valor de US\$1,4 bilhão, equivalentes a R\$5,4 bilhões pagos antes do fechamento da transação;
- Cisão desproporcional de certos ativos da Namisa: os direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, bem como os ativos líquidos de Fernandinho, para integralização subsequente na Minérios Nacional. Após esta cisão a CSN passou a deter 59,76% da Namisa já sem os ativos cindidos;
- Reestruturação da CSN Mineração com a transferência dos ativos e passivos da CSN relativos à Casa de Pedra, TECAR, incluindo os passivos relacionados ao estabelecimento comercial, 59,76% das ações da Namisa pós-cisão dos ativos excluídos, 8,63% de ações da MRS e US\$850 milhões em dívidas pela CSN, equivalentes a R\$ 3.370 milhões, conforme divulgado na nota 10 c;
- Liquidação dos contratos preexistentes com a Namisa de fornecimento de ROM (alta e baixa sílica), serviços portuários e beneficiamento de minério;
- Aquisição pela CSN Mineração das ações da Namisa pós-cisão dos ativos excluídos detidas pelo Consórcio Asiático, com a incorporação desta pela CSN Mineração;
- Assinatura do novo Acordo de Acionistas da CSN Mineração; e
- Pagamento pela CSN de US\$680 milhões relativos à aquisição de 4% das ações detidas pelo Consórcio Asiático na CSN Mineração e US\$27 milhões adicionais relativos à aquisição de 0,16% das ações também detidas pelo Consórcio Asiático na CSN Mineração, totalizando US\$707 milhões, equivalentes a R\$2,7 bilhões.

A nova estrutura societária após a transação pode ser demonstrada conforme a seguir:



1 Após a cisão dos ativos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas

2 Ativos cindidos Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas

Considerando a posição dos ativos da CSN Mineração, os aportes do Consórcio Asiático na transação, bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro, a CSN e o Consórcio Asiático passaram a deter, ao final da transação, 87,52% e 12,48% do capital social da CSN Mineração, respectivamente.

A transação também inclui um mecanismo de “*earn-out*”, o qual, no caso de um evento de liquidez qualificado que ocorra dentro de determinados parâmetros de valoração e dentro de um período de tempo acordado após o fechamento da operação poderia diluir, a critério exclusivo da CSN, a participação do Consórcio Asiático na CSN Mineração de 12,48% até 8,71%. Esse mecanismo foi considerado como ativo contingente e não foi contabilizado qualquer ativo relacionado.

Uma parte da produção de minério de ferro da CSN Mineração será vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a CSN. Esses direitos estão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados em 30 de novembro de 2015 cujos termos foram negociados em condições usuais de mercado. A Companhia também assegurou a utilização do TECAR para importação de matérias-primas por meio da celebração de contrato de longo prazo.

3.1.2 Aplicação do CPC15 / IFRS3 à transação

Anteriormente à transação, a Namisa era administrada por meio de acordo de acionistas, sendo que o Consórcio Asiático possuía vetos suficientes que lhe conferiam direitos substantivos na gestão das operações. A Namisa era classificada contabilmente como *joint venture* dentro do escopo do IFRS 10 e 11. A CSN registrava sua participação de 60% na Namisa pelo método da equivalência patrimonial.

Como já mencionado, a CSN procedeu a uma reestruturação societária transferindo suas operações de mineração, direitos de operar o terminal portuário do TECAR e participações na Namisa e na MRS para a CSN Mineração. Essa etapa da transação foi realizada pelos valores contábeis, pois não houve alteração do controle dos ativos e participações transferidas. A partir da reestruturação, a CSN Mineração passou a ser a empresa da CSN que concentra os negócios de mineração do Grupo.

Como resultado, a Namisa passou a ser controlada integralmente pela CSN Mineração e o Consórcio Asiático passou a deter apenas vetos protetivos em relação aos ativos resultantes da combinação de negócios, usuais nesse tipo de transação.

Com a alteração no controle dos ativos da Namisa, o CPC15 / IFRS3 deve ser aplicado. De acordo com os parâmetros dessa regra contábil, a data de aquisição para fins dos registros contábeis foi 30 de novembro de 2015, data em que passou a vigor o novo acordo de acionistas da CSN Mineração. Antes da aquisição, a Namisa foi cindida para separar certos ativos, os direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, bem como os ativos líquidos de Fernandinho, que foram transferidos para Minérios Nacional, sendo o acervo principal adquirido pela CSN Mineração.

3.1.3 Aplicação do método de aquisição do acervo principal da Namisa

De acordo com o CPC15 / IFRS3, deve ser aplicado o método de aquisição para o registro contábil da transação. O método consiste em:

- a) determinar o preço de compra;
- b) reconhecer o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura; e
- c) reconhecer um ganho ou perda em relações preexistentes que vierem a ser liquidadas com a combinação de negócios.

Na aquisição do controle da Namisa essas 3 etapas são aplicáveis e são detalhadas a seguir.

a) Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC15 / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	R\$ (Milhões)	Referência
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de USD707MM.	2.727	(i)
Passivos assumidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida.	6	(i)
Participações societárias emitidas	A CSN Mineração emitiu ações que foram entregues ao Consórcio Asiático.	4.034	(ii)
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	A CSN Mineração detinha 60% das ações da Namisa antes da combinação de negócios e realizou a sua avaliação ao valor justo.	10.700	(iii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		17.467	

i. Ativos transferidos e passivos assumidos

A transação incluiu um pagamento para a aquisição de 4,16% das ações da CSN Mineração detidas pelo Consórcio Asiático no valor de US\$707 milhões, equivalentes a R\$2.727 milhões em 30 de novembro de 2015 e um passivo no montante de R\$6 milhões, pago no 1º trimestre de 2016.

Muito embora esse pagamento tenha sido realizado pela CSN para a aquisição de 4,16% das ações da CSN Mineração detidas pelo Consórcio Asiático, seu efeito econômico foi registrado na CSN Mineração como parte integrante da contraprestação para a aquisição do controle da Namisa, de acordo com a interpretação dada ao parágrafo B50 do CPC15 / IFRS3.

ii. Participações societárias emitidas – Ações da CSN Mineração

A CSN Mineração realizou a emissão primária de ações para entrega ao Consórcio Asiático representando 12,48% do seu capital total. De acordo com o CPC15 / IFRS3, essas ações foram avaliadas ao seu valor justo na data da aquisição.

Essa avaliação foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado considerando os planos de negócios aprovados pelos acionistas da CSN Mineração. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	Dados
Volumes de minério de ferro	60Mt/ano no longo prazo
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75
Taxa de desconto	WACC nominal de 13,19%
R\$ (Milhões)	
Valor justo em 30 de novembro de 2015 (equity value)	R\$ 32.334
Quantidade de ações detidas pelo Consórcio após aquisição dos 4,16%	12,48%
Valor justo atribuído às ações emitidas	R\$ 4.034

O valor justo da CSN Mineração foi apurado por avaliadores independentes que emitiram um novo laudo de avaliação considerando os ajustes necessários que foram identificados pela Administração da Companhia.

iii. Participação na Namisa detida anteriormente à aquisição

A CSN Mineração detinha ações da Namisa imediatamente antes da transação de aquisição do controle ser concluída. Essas ações eram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o item 41 do CPC15 / IFRS3, essas ações fazem parte da contraprestação transferida e devem ser mensuradas pelo valor justo na data da aquisição. Deve ser reconhecido no resultado do período um ganho ou uma perda resultante da diferença entre o valor justo e o valor contabilmente registrado imediatamente antes da aquisição.

A avaliação do valor justo da Namisa foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando os planos de negócios vigentes anteriormente à transação e aprovados pelos acionistas. É importante ressaltar que a Namisa avaliada a valor justo teve certos ativos cindidos para CSN com subsequente transferência à sua subsidiária integral Minérios Nacional enquanto seu acervo principal foi adquirido pela CSN Mineração. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	Dados		
Volumes de minério de ferro	40Mt/ano no longo prazo		
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75		
Taxa de desconto (reapresentado)	WACC nominal de 13,83%		
	Ativos Cindidos	Namisa pos cisão	Total
% participação (a)	60%	59,76%	
	R\$ (Milhões) - (Reapresentado)		
Valor justo dos ativos (b)	2.184	15.649	17.833
Valor contábil em 30 de novembro de 2015 (c)	61	10.213	10.274
Ganho na avaliação ao valor justo (b-c) * a	1.274	3.248	4.522
(-) Eliminação de 59,76% da perda na relação pré-existente		(732)	(732)
Ganho Final na avaliação ao valor justo	1.274	2.516	3.790

O valor justo da CSN Mineração foi apurado por avaliadores independentes que emitiram um novo laudo de avaliação considerando os ajustes necessários que foram identificados pela Administração da Companhia.

b) Ágio na aquisição do controle da Namisa

De acordo com o item 32 do CPC15 / IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$3.197 milhões, conforme quadro a seguir.

Item	Referência	R\$ (Milhões) - (Reapresentado)		
			Liquidação Rel. Pre Existente	Patrimônio Líquido Adquirido
Preço de compra considerado	Item 3.1.3 (a)	17.467	(10.649)	6.818
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	Item 3.1.3 (b)(i)	14.270	(10.649)	3.621
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		3.197		3.197

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC04/IAS38. A partir de 2016, a CSN passou a realizar o teste de recuperabilidade deste ativo de acordo com os requisitos do CPC01/IAS36.

(i) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos pré-cisão

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo para 100% dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de novembro de 2015, calculados com base em laudos de avaliadores independentes.

	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Consolidado (Em R\$ Milhões)	
			(-) Baixa de ágio registrado na Namisa	Valor justo total
Ativo Circulante	1.294			1.294
Caixa e equivalentes de caixa	783			783
Contas a receber de clientes	253			253
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	114			114
Outros ativos	144			144
Ativo Não Circulante	10.887	5.002	(579)	15.310
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	9.310	1.225		10.535
Outros ativos	138			138
Ações da MRS - 10%	306	481		787
Imobilizado	551	111		662
Intangível	582	3.185	(579)	3.188
Total dos ativos adquiridos	12.181	5.002	(579)	16.604
Passivo Circulante	1.641			1.641
Empréstimos e Financiamentos	5			5
Fornecedores	29			29
Impostos a recolher	297			297
Dividendos propostos (US\$ 300 milhões)	1.157			1.157
Outras contas a pagar	153			153
Passivo Não Circulante	266	625	(198)	693
Empréstimos e Financiamentos	25			25
Provisão para contingência	7			7
Impostos (diferidos e parcelados)	216	625	(198)	643
Outras contas a pagar	18			18
Total dos passivos assumidos	1.907	625	(198)	2.334
Patrimônio Líquido antes da Elm. Rel. Pré Existente	10.274	4.377	(381)	14.270
Liquidação Relação Pré Existente	(9.424)	(1.225)		(10.649)
Patrimônio Líquido Adquirido	850	3.152	(381)	3.621

De acordo com o CPC15 / IFRS3, o ágio por expectativa de rentabilidade futura existente das demonstrações financeiras da Namisa na data da aquisição deve ser baixado para que um novo ágio seja reconhecido.

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$3.152 milhões, distribuída entre os principais ativos da Namisa. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração:

		R\$ (Milhões)		
Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Participação na MRS - 10%	Fluxo de caixa descontado da entidade considerando o plano de negócios de longo prazo aprovado pelos acionistas.	306	481	787
Ativos imobilizados	Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por benfeitorias construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 11.	551	111	662
Direitos Minerários - Mina do Engenho, Fernandinho e Cayman	Foi utilizada a abordagem de renda (income approach) pela metodologia de rentabilidade excedente em períodos múltiplos, devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado. Através desta metodologia, o valor dos direitos minerários é estimado com base em sua rentabilidade futura, descontado todos os custos e investimentos que seriam necessários para extração e beneficiamento do minério de ferro ao valor de mercado. Esses direitos serão amortizados de acordo com a exaustão das minas.		3.184	3.184
Relacionamento com fornecedor - Contrato de compra de minério de ferro	Para o cálculo do contrato com a Itaminas a valor justo foi utilizada a abordagem da renda (income approach), comparando os fluxos de caixa futuros gerados pela operação em dois cenários, através do contrato e das condições de mercado.		1	1
IR/CS diferidos			(625)	(625)
		857	3.152	4.009

c) Liquidação de relação pré-existente entre CSN Mineração e Namisa

O CPC15 / IFRS3 determina que o aumento ou redução do valor justo decorrente de uma vantagem ou desvantagem em transação entre a adquirente e adquirida deve ser liquidado com o reconhecimento de um ganho ou uma perda no resultado do período na data da transação. Esses ativos ou relacionamentos são denominados como relação preexistente no contexto do CPC 15 / IFRS3.

A CSN Mineração e a Namisa possuíam relacionamento preexistente decorrente de contratos de beneficiamento de minério, contratos para prestação de serviços de operação portuária e de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM). Com a combinação de negócios esses contratos foram extintos uma vez que as atividades de mineração da CSN passaram a ser centralizadas na CSN Mineração.

A liquidação da relação pré-existente gerou uma perda de R\$1.225 milhões (R\$ 493 milhões após a eliminação da participação de 60% da CSN Mineração na Namisa), que considerou a comparação de fluxos de caixa descontados a preços de mercado com os fluxos de caixa descontados contratuais remanescentes às parcelas pré-pagas em 2008 quando da assinatura dos contratos operacionais de ROM e Porto.

3.1.4 Efeitos reflexos na CSN Controladora – Transação entre sócios registrada no patrimônio líquido

Conforme mencionado anteriormente, a CSN Mineração foi considerada a adquirente para fins da aplicação do CPC15 / IFRS3. Como resultado da conclusão da transação, houve uma mudança na participação societária da CSN na CSN Mineração que não resultou na perda do controle da CSN Mineração pela CSN, que passou de uma participação de 100% para 87,52%. De acordo com o CPC36 / IFRS10, essa alteração deve ser classificada como transação patrimonial e o ganho ou perda resultante no novo valor da participação deve ser registrado diretamente no patrimônio líquido. Em função dessa variação percentual, foi registrado um ganho no valor de R\$2.943 milhões. O quadro a seguir demonstra a reconciliação desse montante:

Eventos	R\$ (Milhões) Reapresentado
Contribuição ao capital da CSN Mineração realizado pelo Consórcio - item 3.1.3 (a)	4.034
Participação da CSN - 87,52% (1)	3.531
Aquisição pela CSN dos 4,16%	2.727
Ajuste financeiro de capital de giro e dívida (closing)	6
Ativos transferidos e passivos assumidos - item 3.1.3 (a) i	2.733
Participação do Consórcio - 12,48% (2)	(341)
Ajuste de variação do % de participação (3)	(274)
Outros efeitos decorrentes da reorganização societária (4)	27
Total do ganho na transação entre acionistas (1+2+3+4)	2.943

3.1.5 Resumo dos impactos contábeis

A tabela a seguir demonstra o impacto total da combinação de negócios descrita anteriormente no resultado e patrimônio da Companhia:

Eventos	R\$ (Milhões)	
	Reapresentado	
	Efeito Contábil	
	DRE	PL
Ganho na avaliação dos 59,76% de participação na Namisa ao valor justo - item 3.1.3 (a) iii	2.516	2.516
Ganho na avaliação dos 60% de participação nos ativos cindidos - item 3.1.3 (a) iii	1.274	1.274
Perda na liquidação das relações preexistentes - item 3.1.3 (c)	(493)	(493)
Ganho na combinação de negócios antes do IR/CSLL	3.297	3.297
IR/CSLL diferidos sobre o ganhos registrados	(265)	(265)
Ganho na transação entre acionistas - item 3.1.4		2.943
Impacto total da combinação de negócios	3.032	5.975

3.1.6 Demonstração do Resultado do Exercício - Pró-Forma

A tabela a seguir demonstra os efeitos pró forma na demonstração do resultado da CSN considerando como se aquisição fosse no início do período de reporte anual, conforme requerido pelo CPC 15:

	Consolidado	Controladora
	R\$ (Milhões)	R\$ (Milhões)
	31/12/2015	31/12/2015
Receita Líquida	15.824	11.718
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.108)	(9.138)
Lucro Bruto	3.716	2.580
Receitas (Despesas) Operacionais	273	5.840
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	3.989	8.420
Resultado financeiro líquido	(1.383)	(6.041)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.606	2.379
Imposto de renda e contribuição social	(3.051)	(2.822)
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	(445)	(443)
Atribuível a:		
Participação dos acionistas controladores	(443)	(443)
Participação dos acionistas não controladores	(2)	

3.2 Aquisição do controle da CGPAR Construção Pesada S.A. ("CGPAR")

Em 30 de setembro de 2016, a CSN adquiriu 50% das ações da CGPAR anteriormente detidas pela GPA Construção Pesada e Mineração Ltda., tornando-se titular de 100% das ações representativas do capital social da Sociedade. O valor total da transação foi de R\$ 1,00 (Um Real).

O valor envolvido na transação reflete o acordo para pôr fim a disputa judicial envolvendo questões societárias e comerciais, bem como a liberação de dividendos relativos a exercícios anteriores.

O método consiste em:

3.2.1 Determinação do preço de compra

Descrição	R\$	Referência
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	49.726	(i)
Montante pago na aquisição da CGPAR		(ii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios	49.726	

- (i) Participação de 50% na CGPAR detida anteriormente à aquisição a valor justo;
 (ii) O valor da transação foi de R\$1,00 (Um Real).

A CSN detinha 50% das ações da CGPAR imediatamente antes da transação de aquisição do controle ser concluída. Essas ações eram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o item 41 do CPC15/IFRS3, essas ações fazem parte da contraprestação transferida e devem ser mensuradas pelo valor justo na data da aquisição. Deve ser reconhecido no resultado do período um ganho ou uma perda resultante da diferença entre o valor justo e o valor contabilmente registrado imediatamente antes da aquisição. Sendo assim, foi elaborada avaliação do valor justo da CGPAR, utilizando o método do fluxo de caixa descontado, considerando os planos de negócios vigentes antes da transação.

Os resultados estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	R\$
Valor justo em 30 de setembro de 2016 (equity value)	99.452
Valor justo atribuído aos 50% da participação anterior a aquisição (a)	49.726
Valores contábeis:	
Em 30 de setembro de 2016 da participação anterior à aquisição (b)	8.608
Ganho na avaliação dos 50% ao valor justo da participação anterior a aquisição (a)-(b) (nota 25)	41.118

3.2.2 Ganho por compra vantajosa na aquisição do controle da CGPAR

De acordo com o item 32 do CPC15/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganho por compra vantajosa, na data da aquisição. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos (*Purchase Price Allocation – PPA*) excedeu o preço de compra gerando um ganho por compra vantajosa de R\$25.378.

	30/09/2016		
	Patrimônio Líquido	Impostos Diferidos	Patrimônio Líquido adquirido, após impostos
Preço de compra considerado	49.726		49.726
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	75.104	(22.609) ^(a)	52.495
Ganho por compra vantajosa	25.378	(22.609)	2.769

a) Inclui impostos diferidos sobre o ajuste a valor justo e ganho por compra vantajosa

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo para 100% dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de setembro de 2016.

	30/09/2016		
	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	1.881		1.881
Contas a receber	27.101		27.101
Outros ativos	4.394		4.394
Imobilizado (*)	16.281	57.889 (a)	74.170
Intangível	93		93
Total dos ativos adquiridos	49.750	57.889	107.639
Passivo			
Empréstimos e Financiamentos	15.089		15.089
Fornecedores	3.234		3.234
Obrigações sociais e trabalhistas	8.889		8.889
Obrigações fiscais	2.154		2.154
Outras obrigações	3.169		3.169
Tributos diferidos		22.609 (b)	22.609
Total dos passivos assumidos	32.535	22.609	55.144
Patrimônio Líquido Adquirido	17.215	35.280	52.495

a) Refere-se a ativos imobilizados ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido.

b) Refere-se a tributos diferidos.

3.2.3 Resultado dos impactos contábeis na aquisição do controle da CGPAR

A tabela a seguir demonstra o impacto total da combinação de negócios descrita anteriormente no resultado e patrimônio líquido da Companhia:

Eventos	R\$ (Milhões) Reapresentado Efeito Contábil
Ganho na avaliação dos 50% de participação na CGPAR ao valor justo - item 3.2.1	41.118
Ganho com compra vantajosa - item 3.2.2	25.378
Ganho na combinação de negócios antes do IR/CSLL (nota 25)	66.496
IR/CSLL diferidos sobre o ganhos registrados (nota 16)	(22.609)
Impacto total da combinação de negócios	43.887

4. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA A VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em agosto de 2016, a Companhia concluiu a negociação e assinou um contrato de compra e venda de ações com a Can-Pack S.A. para a venda de 100% das ações de emissão de sua controlada Cia. Metalic do Nordeste ("Metalic"), empresa produtora e comercializadora de embalagens metálicas. O valor base da transação foi de US\$ 98 milhões.

Em virtude dos fatos descritos acima e, com os critérios do CPC 31 (Ativo Não Circulante Mantido Para Venda e Operação Descontinuada) atendidos, a Companhia reclassificou o Investimento e resultado de 30 de setembro de 2016 para o grupo de Ativos Mantidos Para Venda no montante de R\$123.290 e os resultados acumulados de setembro de 2016 e do exercício de 2015 no montante de R\$(6.786) e R\$1.911, respectivamente, para o grupo de Operações Descontinuadas para atender os requisitos do CPC e permitir melhor comparabilidade, vide nota 10.b.

Em 30 de novembro de 2016 foi concluída a venda da Metalic gerando um ganho conforme demonstrado a seguir:

Recebimento pela alienação do investimento	372.537
Patrimônio Líquido em 30 de novembro de 2016	(120.514)
Ganho na transação (nota 25)	252.023

Os resultados e fluxos de caixa das operações descontinuadas, são resumidos a seguir:

4.a) Resultado das Operações Descontinuadas

	30/11/2016	31/12/2015
Receita Líquida	91.669	119.926
Custo dos produtos e serviços vendidos	(89.188)	(101.699)
Lucro Bruto	2.481	18.227
Despesas com vendas	(3.921)	(5.811)
Despesas gerais e administrativas	(6.171)	(7.654)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.346)	(4.575)
Lucro/(Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	(11.957)	187
Resultado financeiro líquido	2.396	3.512
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(9.561)	3.699
Imposto de renda e contribuição social		(1.788)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	(9.561)	1.911

4.b) Fluxos de caixa das Operações Descontinuadas

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais	22.659	(25.668)
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de investimento	(234)	(1.622)
Caixa Líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento		(20.000)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa do período	22.425	(47.290)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.277	65.567
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.702	18.277

Efeito da alienação sobre a posição financeira da Companhia

- Recebimento pela alienação do investimento	372.537
- Caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	(40.702)
Caixa líquido proveniente da alienação do investimento de operações descontinuadas	331.835

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	502.480	434.014	30.308	37.003
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	17.929	165.520	17.178	164.311
Títulos privados	1.390.707	945.420	1.216.461	570.284
	1.408.636	1.110.940	1.233.639	734.595
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	2.960.046	6.316.098	202.799	1.113.601
Total das Aplicações Financeiras	4.368.682	7.427.038	1.436.438	1.848.196
Caixa e equivalentes de caixa	4.871.162	7.861.052	1.466.746	1.885.199

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos nos fundos foram consolidados.

Uma parcela significativa dos recursos financeiros é aplicada no exterior em *Time Deposits*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha e é remunerada a taxas prefixadas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CDB - Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	658.476		658.476	
Títulos públicos ⁽²⁾	101.915	763.599	99.957	763.599
	760.391	763.599	758.433	763.599

1. Aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário para garantia de carta fiança.

2. Em 2016, aplicação financeira em títulos Públicos administrados por seus fundos exclusivos que foram vinculados como garantia dos contratos de Futuros de Taxa de juros CDI no período e detalhados na nota 14(b). Em 2015, vinculada como garantia dos contratos de Futuros de Taxa de Câmbio de Reais para Dólar Comercial liquidada em dezembro de 2016.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.027.639	772.617	733.608	425.108
Mercado externo	919.936	818.562	67.652	250.588
	1.947.575	1.591.179	801.260	675.696
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(172.782)	(151.733)	(124.351)	(112.502)
	1.774.793	1.439.446	676.909	563.194
Partes Relacionadas (nota 20 b)	129.837	61.366	1.034.098	1.140.172
	1.904.630	1.500.812	1.711.007	1.703.366
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (nota 20 b) (*)	37.679	27.817	873.473	737.668
Débitos de empregados	34.607	40.190	21.953	24.465
Outros créditos	20.300	9.458	18.420	2.024
	92.586	77.465	913.846	764.157
	1.997.216	1.578.277	2.624.853	2.467.523

(*) Refere-se principalmente a dividendos a receber da CSN Mineração no valor de R\$822.319.

De acordo com a política comercial interna, a Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$263.644 em 31 de dezembro de 2016 (R\$232.275 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das contas a receber.

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	1.381.255	1.049.033	404.259	423.801
Vencidos até 180 dias	245.012	353.443	139.036	118.488
Vencidos acima de 180 dias	321.308	188.703	257.965	133.407
	1.947.575	1.591.179	801.260	675.696

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(151.733)	(127.223)	(112.502)	(93.536)
Perdas estimadas	(25.474)	(35.631)	(16.347)	(26.288)
Recuperação de créditos	4.425	11.121	4.498	4.504
Incorporação CSN Cimentos e Cisão de ativos para Congonhas				2.818
Saldo final	(172.782)	(151.733)	(124.351)	(112.502)

8. ESTOQUES

	Consolidado			Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	1.183.619	1.912.868	1.270.182	784.130	1.078.554
Produtos em elaboração	674.860	1.007.630	858.811	557.598	746.614
Matérias-primas	1.124.158	1.062.557	1.006.620	767.020	563.119
Almoxarifado	824.478	962.078	949.062	412.206	489.816
Minério de ferro	255.029	95.461	147.699	18.899	6.912
Adiantamento a fornecedores	3.168	12.147	2.329	1.689	6.191
(-) Perdas estimadas	(101.176)	(111.427)	(112.581)	(37.312)	(40.462)
	3.964.136	4.941.314	4.122.122	2.504.230	2.850.744

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(111.427)	(112.581)	(40.462)	(88.056)
Reversão de perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	10.251	1.154	3.150	15.835
Cisão de ativos para Congonhas				31.759
Saldo final	(101.176)	(111.427)	(37.312)	(40.462)

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais (nota 18)			331.258	328.542			273.038	263.046
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			46.774	87.761			46.774	87.761
Tributos a recuperar ⁽²⁾	780.715	996.679	386.872	445.926	471.955	702.722	178.773	245.833
Despesas Antecipadas	27.011	119.456	20.421	28.119	2.785	19.440		4.500
Ativo Atuarial - Parte Relacionada (nota 20 b)			119.854	114.433			109.106	112.660
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)	2.298	118.592						
Fundos exclusivos (nota 20 b)						110.075		
Títulos para negociação (nota 14 I)	2.966	10.778			2.818	10.659		
Estoque minério de ferro ⁽³⁾			144.499	144.499				
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			26.598	10.888			26.598	8.452
Outros títulos a receber (nota 14 I)			15.291	6.877			2.847	1.439
Empréstimos com partes relacionadas (nota 20 b e 14 I)			479.960	373.214	25.602		375.716	239.930
Outros créditos com partes relacionadas (nota 20 b)	5.768	9.420	32.020	29.020	132.384	32.479	311.414	303.441
Outros	33.255	31.524	72.273	14.642			71.696	14.408
	852.013	1.286.449	1.675.820	1.583.921	635.544	875.375	1.395.962	1.281.470

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009. Após a quitação do parcelamento, o saldo de um dos processos judiciais foi resgatado pela Companhia mediante autorização judicial.

2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar.

3. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para o 2º semestre de 2018.

10. INVESTIMENTOS

- **Plano de desalavancagem**

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

A venda da controlada Cia Metalic Nordeste, conforme mencionado na nota 4, faz parte do esforço da Companhia no plano de alienação de ativos.

10.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

31/12/2016							31/12/2015 (Reapresentado)						
Empresas	Quantidade de ações		%	Participação no			%	Participação no			Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		
	detidas pela CSN (em		Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	Participação	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
	unidades)												
	Ordinárias	Preferenciais											direta
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial													
Controladas													
CSN Islands VII Corp.	20.001000		100,00	6.436.440	6.228.374	207.766	167.767	100,00	7.877.792	7.837.793	39.999	486.635	
CSN Islands IX Corp.	(1)						(388)	100,00	2.329		2.329	409	
CSN Islands X Corp.	(1)											(31509)	
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	2.530.563	2.509.866	20.697	(1295)	100,00	3.179.151	3.157.150	21991	13.548	
CSN Islands XII Corp.	1540		100,00	2.244.240	3.263.539	(109.299)	75.787	100,00	2.815.700	3.910.786	(1095.086)	(437.263)	
CSN Minerals S.L.U.	3.500		100,00	3.833.669	9.840	3.823.829	(927.265)	100,00	5.644.572	1.265	5.643.307	1507.307	
CSN Export Europe, S.L.U.	3.500		100,00	666.362	30.077	636.285	(185.057)	100,00	1.397.512	9.373	1.388.139	460.291	
CSN Metals S.L.U.	16.504.020		100,00	636.408	20.668	615.740	(175.236)	100,00	1.220.413	6.620	12.13.793	399.040	
CSN Americas S.L.U.	3.500		100,00	1.492.678	4.445	1.488.233	(220.412)	100,00	2.139.488	2.729	2.136.759	415.750	
CSN Steel S.L.U.	22.042.688		100,00	2.537.179	1.585.977	951.202	323.043	100,00	2.819.140	1.856.618	962.522	(349.806)	
Sepetiba Teccon S.A.	254.015.052		99,99	441214	165.172	276.042	22.794	99,99	391889	10.650	261.239	33.170	
Minérios Nacional S.A.	66.393.587		99,99	74.738	28.038	46.700	(12.548)	99,99	73.880	14.632	59.248	(1807)	
Valor Justo - Minérios Nacional	(2)					2.123.507					2.123.507		
Estanho de Rondônia S.A.	121861697		99,99	32.816	21552	11264	(13.061)	99,99	32.028	20.565	11.463	(9.615)	
Cia Metalic Nordeste	(3)							99,99	172.283	42.207	130.076	1911	
Companhia Metalúrgica Prada	313.651399		99,99	769.337	620.509	148.828	(45.783)	99,99	734.570	521637	212.933	(309.447)	
CSN Cimentos S.A.	(4)											20.012	
CSN Mineração S.A.	(5)	158.419.480	87,52	13.039.767	4.943.090	8.096.677	580.146	87,52	13.592.254	5.943.254	7.649.000	2.185.087	
CSN Energia S.A.	43.150		100,00	109.290	39.654	69.636	26.240	99,99	87.316	27.471	59.845	16.307	
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	395.302.149		90,78	484.218	126.334	357.884	(11376)	89,79	513.711	183.767	329.944	(8.839)	
Companhia Florestal do Brasil	38.364.462		99,99	35.206	5.179	30.027	(2.215)	99,99	32.242		32.242	(1921)	
Nordeste Logística	99.999		99,99	81	55	26	(74)	99,99	100		100		
CGPAR - Construção Pesada SA (6)	100.000		100,00	40.889	27.558	13.331	5.887	50,00					
Valor Justo Imobilizado - CGPAR	(6)					53.949	(3.940)						
				35.404.795	19.629.927	17.952.324	(396.986)					4.389.268	
Joint-venture e Joint-operation													
Nacional Minérios S.A.	(4)											1156.468	
Itá Energética S.A.	253.606.846		48,75	282.383	27.728	254.655	8.591	48,75	302.956	17.470	285.486	6.814	
MRS Logística S.A.	26.611.282	2.673.112	18,64	1.411.526	795.903	615.623	77.828	18,64	1.502.463	945.958	556.505	78.684	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1876.146		50,00	13.574	11517	2.057	2.953	50,00	15.593	15.091	502	(2.979)	
CGPAR - Construção Pesada SA (6)								50,00	50.574	39.972	10.602	8.084	
Transnordestina Logística S.A.	22.761.085	1.397.545	49,02	3.786.556	2.566.315	1.220.241	(52.127)	56,92	4.229.494	2.958.449	1.271.045	(31.037)	
Fair Value alocado à TLSA na perda de controle						27.116						659.105	
				5.494.039	3.401.463	2.363.692	37.245					1.215.934	
Coligada													
Arvedi Metalfer do Brasil	27.239.971		20,00	53.101	48.258	4.843	1.372	20,00	54.402	53.363	1.039	(15.690)	
				53.101	48.258	4.843	1.372					(15.690)	
Classificados como disponível para venda (nota 14 I)													
Usiminas						1.353.664						450.073	
Panatlântica						20.604						21.601	
						1.374.268						471.674	
Outros Investimentos													
Lucros nos estoques de controladas						(74.459)	7.583					(82.042)	18.580
Outros						63.541	(19.557)					65.017	(3.142)
						(10.918)	(11.974)					(17.025)	15.438
Total dos investimentos						21.684.209	(370.343)					24.422.283	5.604.950
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial													
Investimentos no ativo						22.703.508						25.517.369	
Investimentos com passivo a descoberto						(109.299)						(1095.086)	
						21.684.209						24.422.283	

- (1) Empresas liquidadas;
- (2) Valor justo direitos minerários e imobilizado oriundos da combinação de negócios conforme detalhado na nota 3.1;
- (3) Investimento reclassificado para mantido para venda em setembro de 2016 e venda realizada em novembro 2016 conforme nota 4;
- (4) Empresas incorporadas em 2015;
- (5) Os montantes apresentados refletem ajustes off-book realizado na empresa CSN Mineração;
- (6) Aquisição do controle conforme nota 3.2, o qual foi avaliado a valor justo na data da aquisição.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

10.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Saldo inicial dos investimentos	3.998.239	13.665.453	25.517.369	24.199.129
Saldo inicial de provisão para perdas			(1.095.086)	(1.088.559)
Saldo investimento Namisa 30.11.15		(10.160.981)		
Aumento de capital / aquisições ações	190.651	3.575	242.854	490.842
Aquisição 4,16% da Congonhas Minérios				2.732.605
Redução de capital		(466.758)		(546.796)
Dividendos ⁽¹⁾	(36.765)	(54.464)	(2.469.827)	(3.985.128)
Resultados abrangentes ⁽²⁾	713.442	(967.447)	314.230	(426.622)
Resultados abrangentes - combinação negócios				2.943.244
Contribuição de capital pela transferência dos ativos cindidos				(547.494)
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁴⁾	108.031	1.192.034	(370.343)	5.603.039
Incorporação controlada - CSN Cimentos				(1.061.005)
Transferência de ações - Namisa e MRS		786.812		(6.173.113)
Trespasse de estabelecimento comercial - Casa de Pedra e Tecar				156.723
Reclassificação do investimento da Metallic em 30 de setembro de 2016 para mantido para venda (nota 4)			(123.290)	
Reclassificação do resultado da Metallic para operações descontinuadas (nota 4)			(6.786)	1.911
Aquisição de 50% de participação na CGPAR (nota 3)			8.608	
Valor justo imobilizado - aquisição controle - CGPAR (nota 3)			57.889	
Mais valia de ativos - Minérios Nacional				2.123.507
Amortização valor justo - Invest. MRS	(11.746)			
Amortização valor justo - Invest. CGPAR	(3.940)			
Impairment de Fair Value Transnordestina ⁽³⁾	(387.989)		(387.989)	
Outros	(1.472)	15	(3.420)	
Saldo dos investimentos	4.568.451	3.998.239	22.703.508	25.517.369
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto			(1.019.299)	(1.095.086)
Total	4.568.451	3.998.239	21.684.209	24.422.283

1. Em 2016 refere-se à destinação de dividendos das controladas Sepetiba Tecon, MRS Logística, CSN Energia, Itá Energética, CGPAR Construção Pesada, CSN Minerals, CSN Export, CSN Steel, CSN Metals, CSN Mineração e CSN Americas.
2. Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda, conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
3. Refere-se impairment do valor justo da Transnordestina Logística S.A., vide nota 10.d).
4. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
Nacional Minérios S.A.		1.156.714
MRS Logística S.A.	155.617	78.684
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	2.953	(2.979)
Transnordestina	(52.127)	(31.137)
Arvedi Metalferr do Brasil	1.372	(15.690)
Outros	216	6.442
	108.031	1.192.034
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(41.556)	(50.815)
Para Receita		2.805
Para Impostos	14.129	16.324
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.746)	
Amortização Valor Justo - Invest. CGPAR	(3.940)	
Outros		-76
Resultado de equivalência ajustado	64.918	1.160.272

10.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para celebrar contrato de arrendamento para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período. Com a publicação do Decreto Presidencial n.º 9048 de 10 de maio de 2017 a exploração do terminal poderá ser sucessivamente prorrogada em distintos períodos com vigência máxima de 70 anos.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

A Prada detém 100% de participação no capital social da Companhia Brasileira de Latas - "CBL".

Em 2015, a Prada incorporou a sua controlada Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLSA. Detém a concessão do serviço público de exploração do transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I")

Em novembro de 2016, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$39.341, passando de 89,79% para 90,78% de participação no capital social do FTL. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos sócios, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$(25) registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

- CSN MINERAÇÃO S.A.

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- MINÉRIOS NACIONAL S.A.

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, transferidos para essa controlada no processo de combinação de negócios ocorrido em 2015.

- CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")

A CGPAR foi constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. O investimento era considerado uma *joint operation* até o momento em que passou a ser controlado pela CSN conforme nota explicativa 3.2. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

10.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

Participação (%)	31/12/2016				31/12/2015				
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation		
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR
	34,94%	50,00%	49,02%	48,75%	34,94%	50,00%	56,92%	48,75%	50,00%
Balanço Patrimonial									
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	345.164	2.925	1.899	17.689	671.475	3.343	75.977	36.647	10.621
Adiantamentos a fornecedores	7.452	951		99	6.854	289		215	81
Outros ativos circulantes	406.170	19.603	54.652	16.054	657.000	22.726	67.540	17.137	43.358
Total ativo circulante	758.786	23.479	56.551	33.842	1.335.329	26.358	143.517	53.999	54.060
Ativo não circulante									
Outros ativos não circulantes	598.577	234	261.292	29.219	533.897	139	280.718	32.880	13.087
Investimentos, Imobilizado e Intangível	6.215.442	3.434	7.407.189	516.186	6.191.459	4.689	7.006.464	534.569	34.000
Total ativo não circulante	6.814.019	3.668	7.668.481	545.405	6.725.356	4.828	7.287.182	567.449	47.087
Total do Ativo	7.572.805	27.147	7.725.032	579.247	8.060.685	31.186	7.430.699	621.448	101.147
Passivo circulante									
Empréstimos e financiamentos	653.491		76.441		844.296		167.112		10.849
Outros passivos circulantes	740.319	23.034	134.747	53.858	893.883	28.794	250.440	33.667	55.281
Total passivo circulante	1.393.810	23.034	211.188	53.858	1.738.179	28.794	417.552	33.667	66.130
Passivo não circulante									
Empréstimos e Financiamentos	2.176.357		5.024.404		2.772.462		4.560.078		12.620
Outros passivos não circulantes	699.830			3.020	564.407	1.389	220.001	2.170	1.193
Total passivo não circulante	2.876.187		5.024.404	3.020	3.336.869	1.389	4.780.079	2.170	13.813
Patrimônio líquido	3.302.808	4.113	2.489.440	522.369	2.985.637	1.003	2.233.068	585.611	21.204
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.572.805	27.147	7.725.032	579.247	8.060.685	31.186	7.430.699	621.448	101.147

Participação (%)	01/01/2016 a 31/12/2016				30/11/2015	01/01/2015 a 31/12/2015			
	Joint-Venture		Joint-Operation			Joint-Venture		Joint-Operation	
	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	50,00%	49,02%	48,75%	59,76%	34,94%	50,00%	56,92%	48,75%
Demonstrações de Resultados									
Receita Líquida	3.279.420	122.870		172.263	751.595	3.172.744	151.097		157.379
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.208.786)	(105.692)		(91.568)	(557.504)	(2.094.961)	(147.186)		(88.683)
Lucro Bruto	1.070.634	17.178		80.695	194.091	1.077.783	3.911		68.696
(Despesas) e Receitas Operacionais	(160.187)	(8.367)	(97.596)	(54.616)	(113.533)	(371.798)	(8.615)	(32.863)	(50.455)
Resultado Financeiro Líquido	(249.300)	(1.676)	(6.032)	397	1.996.261	(255.003)	(1.254)	(18.309)	2.777
Lucro antes do IR/CSL	661.147	7.135	(103.628)	26.476	2.076.819	450.982	(5.958)	(51.172)	21.018
IR / CSL correntes e diferidos	(243.602)	(1.229)		(8.854)	(148.964)	(152.994)			(7.041)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	417.545	5.906	(103.628)	17.622	1.927.855	297.988	(5.958)	(51.172)	13.977

(*) Refere-se ao resultado consolidado da Namisa até 30 de novembro de 2015.

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar em regime de concessão compartilhada, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

• MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

Em 2014 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Namisa, participação de 10% no capital social da MRS.

Em 2015, a Companhia transferiu 8,63% de sua participação direta na MRS para a CSN Mineração no âmbito da combinação de negócios. Como resultado, a Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 37,27%.

- **CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2016 é de R\$25.921 (R\$27.084 em 31 de dezembro de 2015) e o valor da despesa em 2016 é R\$6.041 (R\$5.040 em 2015).

- **CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (“CBSI”)**

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- **TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“TLSA”)**

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (“Malha II”).

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis; contudo, sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento. Após avaliação deste assunto, sua Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração de suas demonstrações financeiras.

No decorrer do ano de 2016 os demais acionistas da TLSA subscreveram 6.842.806 ações no montante de R\$360.000, diluindo a participação da CSN no capital social da TLSA para 49,02%. Em decorrência das operações descritas acima e a variação na participação dos sócios no capital social da TLSA no ano de 2016, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$1.324 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Ainda que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$182.339, a Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método

do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 4,25% a 7,90% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Outro fator importante que foi considerado na análise de *impairment* do investimento da CSN na TLSA foi a avaliação da necessidade de aplicar um percentual de risco adicional na taxa de desconto além daquele já utilizado na determinação do fluxo de caixa descontado da própria TLSA. Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores, e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, a Companhia reconheceu uma perda na mais-valia do investimento da TLSA no valor de R\$387.989 registrada em outras operacionais e R\$131.916 de impostos diferidos.

10.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

- **LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)**

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

10.f) Outros investimentos

- **PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 11,35% (11,38% em 31 de dezembro de 2015) do capital social total da Panatlântica.

- **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)**

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho, ou TCD, com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

Em março de 2016, o Conselho de Administração da Usiminas aprovou aumento do capital social no valor R\$64.882, através de emissão de até 50.689.310 ações preferenciais. A CSN, em 22 de abril de 2016, exerceu integralmente o seu direito de preferência, integralizando R\$11.603 por 9.064.856 ações preferenciais. Tal aumento foi homologado pelo Conselho de Administração da Usiminas no dia 03 de junho de 2016.

Em 24 de março de 2016, a Companhia requereu ao CADE a flexibilização do TCD, de forma a nos possibilitar o exercício de determinados direitos políticos, nomeadamente o de eleger membros independentes dos conselhos de administração e fiscal. Em 27 de abril de 2016, o CADE deferiu o requerimento da Companhia no sentido de permitir a referida eleição. Em 28 de abril, na assembleia geral ordinária da Usiminas, a Companhia efetivamente elegeu 2 membros independentes do conselho de administração e 1 do conselho fiscal, além de número igual de suplentes.

Em abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Usiminas aprovou aumento do capital social no valor R\$1.000.000, através de emissão de 200.000.000 ações ordinárias. A CSN, da mesma forma, exerceu em 19 de maio de 2016 o seu direito de preferência integralmente, integralizando R\$178.832 por 35.766.351 ações ordinárias. Tal aumento foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Usiminas em 19 de julho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,86% nas ações preferenciais (Em 31 de dezembro de 2015, 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais).

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

11. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140
Custo	216.458	3.021.437	16.791.750	167.410	2.243.967	414.276	22.855.298
Depreciação acumulada		(588.987)	(6.292.074)	(130.777)		(219.320)	(7.231.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140
Efeito de variação cambial	16.418	51.910	230.588	1.453	5.498	4.833	310.700
Aquisições	1.841	9.710	242.656	3.292	1.914.732	10.355	2.182.586
Juros capitalizados (notas 26 e 32)					166.366		166.366
Baixas (nota 25)			(2.507)	(49)	(3.827)	(83)	(6.466)
Depreciação		(103.387)	(1.005.848)	(6.214)		(11.573)	(1.127.022)
Transferência para outras categorias de ativos	22.623	95.524	880.652	81	(1.270.903)	272.023	
Transferências para intangível					(1.852)		(1.852)
Combinação de negócios, valor justo de ativos adquiridos (nota 3)	6.199	208.757	229.906	3.534	146.734	66.591	661.721
Atualização da estimativa ARO						22.582	22.582
Outros		(5.723)	(2.879)		(1.329)	3.402	(6.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	263.539	2.689.241	11.072.244	38.730	3.199.386	563.086	17.826.226
Custo	263.539	3.429.573	18.601.088	182.830	3.199.386	811.080	26.487.496
Depreciação acumulada		(740.332)	(7.528.844)	(144.100)		(247.994)	(8.661.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	263.539	2.689.241	11.072.244	38.730	3.199.386	563.086	17.826.226
Efeito de variação cambial	(13.348)	(38.538)	(149.908)	(915)	(8.345)	(2.973)	(214.027)
Aquisições	4	100	205.488	867	1.412.685	16.987	1.636.131
Juros capitalizados (notas 26 e 32)					215.794		215.794
Baixas (nota 25)	(144)	(2.723)	(10.423)	(77)	(41.093)	(20.785)	(75.245)
Depreciação		(116.760)	(1.096.668)	(5.822)		(34.929)	(1.254.179)
Transferência para outras categorias de ativos	14.951	298.121	2.318.728	444	(2.502.615)	(129.629)	
Transferências para intangível					(16.538)		(16.538)
Aquisição do controle - CGPAR			7.377	189		575	8.141
Mais Valia - Aquisição do controle CGPAR (nota 3)			57.889				57.889
Transferência Metalic - mantido para venda	(373)	(13.466)	(30.440)	(208)	(261)	(269)	(45.017)
Outros		(296)	(4.657)	(45)	1.851	(149)	(3.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	264.629	2.815.679	12.369.630	33.163	2.260.864	391.914	18.135.879
Custo	264.629	3.637.903	20.712.371	173.821	2.260.864	676.529	27.726.117
Depreciação acumulada		(822.224)	(8.342.741)	(140.658)		(284.615)	(9.590.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	264.629	2.815.679	12.369.630	33.163	2.260.864	391.914	18.135.879

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Custo	110.181	2.003.303	13.877.027	136.041	2.118.097	301.835	18.546.484
Depreciação acumulada		(216.731)	(4.994.957)	(107.005)		(118.497)	(5.437.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Aquisições			203.870	2.030	1.769.120	4.484	1.979.504
Incorporação de controladas	1.400	214.879	175.298	561	13	4.713	396.864
Transferência de ativos Casa Pedra e Tecar	(50.854)	(1.287.945)	(3.332.850)	(9.268)	(1.117.432)	(115.336)	(5.913.685)
Juros capitalizados (notas 26 e 32)					160.777		160.777
Baixas (nota 25)			(91)	(14)	(3.827)	(58)	(3.990)
Depreciação		(57.055)	(782.928)	(4.680)		(10.486)	(855.149)
Transferências para outras categorias de ativos	22.623	218.343	959.632	14	(1.200.871)	259	
Transferência para intangível					(624)		(624)
Outros		(5.723)	(1.281)		(1.926)	2.287	(6.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83.350	869.071	6.103.720	17.679	1.723.327	69.201	8.866.348
Custo	83.350	1.025.848	10.677.122	118.301	1.723.327	159.914	13.787.862
Depreciação acumulada		(156.777)	(4.573.402)	(100.622)		(90.713)	(4.921.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83.350	869.071	6.103.720	17.679	1.723.327	69.201	8.866.348
Aquisições			156.929	253	1.046.358	100	1.203.640
Juros capitalizados (notas 26 e 32)					127.675		127.675
Baixas (nota 25)		(34)	(41)	(78)	(8.830)	(17.320)	(26.303)
Depreciação		(26.696)	(544.382)	(2.854)		(5.959)	(579.891)
Transferências para outras categorias de ativos		251.465	1.731.890	14	(1.943.063)	(40.306)	
Transferência para intangível					(12.951)		(12.951)
Outros			(463)		2.071		1.608
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.350	1.093.806	7.447.653	15.014	934.587	5.716	9.580.126
Custo	83.350	1.275.784	12.567.114	114.141	934.587	116.987	15.091.963
Depreciação acumulada		(181.978)	(5.119.461)	(99.127)		(111.271)	(5.511.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.350	1.093.806	7.447.653	15.014	934.587	5.716	9.580.126

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

	Consolidado				
	Descrição do projeto	Data de início	Data de previsão de conclusão	31/12/2016	31/12/2015
Logística					
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			103.284	35.457
				103.284	35.457
Mineração					
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2018 ⁽¹⁾	689.160	709.945
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2020 ⁽²⁾	253.545	390.920
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			261.056	302.764
				1.203.761	1.403.629
Siderurgia					
	Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia.	2008	2019	91.779	105.697
	Expansão do centro de serviços/Mogi.	2013	2016 ⁽³⁾		14.950
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			⁽⁴⁾ 307.448	375.579
				399.227	496.226
Cimentos					
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2020 ⁽⁵⁾	529.631	1.254.897
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			24.961	9.177
				554.592	1.264.074
Total Obras em andamento				2.260.864	3.199.386

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Data da conclusão do Centro de Serviços/Mogi;

(4) Refere-se substancialmente a reforma das baterias de fornos de coque e reuso das águas de resfriamento do carboquímico;

(5) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Edificações	41	43	42	43
Máquinas, equipamentos e instalações	18	18	19	18
Móveis e utensílios	12	11	11	11
Outros	14	14	11	11

11.a) Despesa de Depreciação, Amortização e Exaustão:

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Produção	1.241.425	1.107.878	568.988	847.725
Despesa Vendas	9.163	9.115	7.576	7.484
Despesa Gerais e Administrativas	28.228	13.876	19.879	8.532
	1.278.816	1.130.869	596.443	863.741
Outras operacionais (*)	43.681	41.068		
	1.322.497	1.171.937	596.443	863.741

(*) Refere-se principalmente a amortização de ativo intangível, vide nota 25.

11.b) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$215.794 no consolidado e R\$127.675 na controladora em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015, R\$166.366 no consolidado e R\$160.777 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de Cimento e Mineração que referem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG) e (ii) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 26 e 32.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2016	31/12/2015
Projetos não específicos	10,48%	11,35%

12. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora			
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052		185	943.653	13.091	75.825	88.916
Custo	666.768	415.964	153.080	109.052		185	1.345.049	14.135	110.241	124.376
Amortização acumulada	(150.004)	(68.849)	(73.213)				(292.066)	(1.044)	(34.416)	(35.460)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052		185	943.653	13.091	75.825	88.916
Efeito de variação cambial		104.136	192	34.584		60	138.972			
Aquisições e gastos			1.234		77	150	1.461			
Incorporação controlada - CSN Cimentos									706	706
Transferência de ativos Casa Pedra e Tecar								(18.912)		(18.912)
Combinação de negócios, valor justo de ativos e ágio (nota 3)	3.196.588	1.420	3.437		3.184.701		6.386.146			
Transferência do imobilizado			930		922		1.852		624	624
Amortização		(39.395)	(10.423)				(49.818)		(8.592)	(8.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	3.604.022	413.276	75.237	143.636	3.185.700	395	7.422.266	13.091	49.651	62.742
Custo	3.974.128	549.302	173.154	143.636	3.185.700	395	8.026.315	14.135	84.552	98.687
Amortização acumulada	(260.776)	(136.026)	(97.917)				(494.719)	(1.044)	(34.901)	(35.945)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	3.604.022	413.276	75.237	143.636	3.185.700	395	7.422.266	13.091	49.651	62.742
Efeito de variação cambial		(74.167)	(236)	(27.440)		(79)	(101.922)			
Aquisições e gastos			2.995			124	3.119		1.500	1.500
Transferência do imobilizado			16.538				16.538		12.951	12.951
Baixas (nota 25)	(13.091)		(3)				(13.094)	(13.091)	(3)	(13.094)
Amortização		(41.449)	(26.093)		(776)		(68.318)		(16.552)	(16.552)
Aquisição do controle - CGPAR			47				47			
Transferência Metalic - mantido para venda			(232)				(232)			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.590.931	297.660	68.253	116.196	3.184.924	440	7.258.404		47.547	47.547
Custo	3.834.234	444.635	183.166	116.196	3.185.700	440	7.764.371		98.992	98.992
Amortização acumulada	(133.973)	(146.975)	(114.913)		(776)		(396.637)		(51.445)	(51.445)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.590.931	297.660	68.253	116.196	3.184.924	440	7.258.404		47.547	47.547

(*) Composto principalmente por direitos minerários cujo potencial é de 1.101 milhões de toneladas (não revisado pelos auditores independentes). A amortização se dará pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Software	8	8	8	8
Relações com clientes	13	13		

12.a) Teste para verificação de *impairment*

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC01, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de *impairment*. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Embalagens ⁽¹⁾	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços planos	Siderurgia		13.091				13.091
Aços longos ⁽²⁾	Siderurgia	235.595	235.595	116.196	143.636	351.791	379.231
Mineração ⁽³⁾	Mineração	3.196.588	3.196.588			3.196.588	3.196.588
		3.590.931	3.604.022	116.196	143.636	3.707.127	3.747.658

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aço longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração, concluído em Dezembro de 2015. A partir de 2016, o saldo passou a ser testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade. Vide mais detalhes referentes ao cálculo do ágio na nota 3.1.3 b - combinação de negócios.

O teste de impairment do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2016 são as que seguem:

	Embalagens	Aços Longos (*)	Mineração
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Ciclo operacional do negócio (aprox. 10 anos) com perpetuidade	Ciclo operacional do negócio (aprox. 10 anos) com perpetuidade	Até 2067
Margem bruta	Crescimento da margem bruta devido a redução de custo de energia/gás natural e mão de obra direta.	Média da Margem Bruta baseada no histórico e nas projeções para os próximos 8 anos, com destaque para volume de vendas, preço de venda e spread metálico, fundamentados por relatórios setoriais.	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 50 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo.
Estimativa de Custos	Custos baseados em dados históricos de cada produto por lata e ganhos esperados com a reestruturação do negócio.	Custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem crescimento em termos reais.	Sem crescimento em termos reais.	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até a exaustão das reservas.
Taxa de desconto	Estes fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos que varia, conforme país, entre 4% a 8% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico de cada segmento / país.		

(*) Inclui os ativos referente a planta de Aços Longos localizada na Usina Presidente Vargas e a controlada SWT. Para os ativos localizados na Alemanha, a taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento (*)	1% até 3,5%	110.944	207.657	482.347	2.633.137	110.944	207.657	482.347	2.633.137
Pré-Pagamento (*)	3,51% até 8%	438.802	286.487	4.290.062	3.429.716	510.930	372.474	9.166.901	9.272.766
Bônus Perpétuos	7%	4.436	5.315	3.259.100	3.904.800				
Fixed Rate Notes (*)	4,14% até 10%	137.126	175.768	5.529.380	6.910.992	27.044	32.402	3.385.587	4.056.347
Intercompany (*)	Libor 6M até 3%					149.654	1.261.861	2.719.420	2.137.040
Forfaiting	Libor + Spread		288.772				288.772		
Outros	1,2% até 8%	95.983	115.594	259.262	425.635				
		787.291	1.079.593	13.820.151	17.304.280	798.572	2.163.166	15.754.255	18.099.290
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	1,3% + TJLP e Fixa 2,5% até 6% + 1,5%	73.736	55.435	1.012.268	1.018.189	43.467	27.847	945.633	928.622
Debêntures	110,8% até 113,7% CDI	538.003	60.670	1.270.383	1.750.000	538.003	60.670	1.270.383	1.750.000
Pré-Pagamento (*)	109,5% até 116,5% CDI e fixa de 8%	570.778	522.418	5.080.000	5.200.000	519.806	473.139	3.080.000	3.200.000
CCB	112,5% e 113% CDI	181.143	92.976	7.200.000	7.200.000	181.143	92.976	7.200.000	7.200.000
Risco Sacado			84.063				84.063		
Outros			6.229		12.107				
		1.363.660	821.791	14.562.651	15.180.296	1.282.419	738.695	12.496.016	13.078.622
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 14 I)		2.150.951	1.901.384	28.382.802	32.484.576	2.080.991	2.901.861	28.250.271	31.177.912
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(33.503)	(26.703)	(59.232)	(76.742)	(29.109)	(22.788)	(53.378)	(68.895)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.117.448	1.874.681	28.323.570	32.407.834	2.051.882	2.879.073	28.196.893	31.109.017

(*) Os saldos de pré-pagamentos, *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds* com partes relacionadas da controladora totalizam R\$11.230.673 em 31 de dezembro de 2016 (R\$13.416.687 em 31 de dezembro de 2015), vide nota 20b.

13.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2018	5.593.215	20%	7.295.578	26%
2019	7.168.873	25%	5.532.286	20%
2020	7.484.315	26%	4.662.477	17%
2021	2.219.779	8%	2.812.235	10%
2022	1.839.804	6%	2.108.339	7%
Após 2022	817.716	3%	5.839.356	20%
Bônus Perpétuos	3.259.100	12%		
	28.382.802	100%	28.250.271	100%

13.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	34.282.515	30.354.058	33.988.090	29.560.826
Captações	30.034	978.206	62.836	2.694.533
Captações <i>forfaiting</i> /risco sacado	78.240	924.706	78.240	924.706
Amortização principal	(695.938)	(2.850.077)	(298.015)	(1.542.921)
Amortização principal <i>forfaiting</i> /risco sacado	(407.155)	(1.146.306)	(407.155)	(1.146.306)
Pagamentos de encargos	(3.044.342)	(2.957.762)	(2.566.293)	(2.656.208)
Pagamentos encargos <i>forfaiting</i> /risco sacado	(5.694)	(7.064)	(5.694)	(7.064)
Provisão de encargos	3.156.120	3.052.164	2.661.090	2.996.662
Provisão de encargos <i>forfaiting</i> /risco sacado	4.237	2.032	4.237	2.032
Outros ⁽¹⁾	(2.956.999)	5.932.558	(3.268.561)	3.161.830
Saldo final	30.441.018	34.282.515	30.248.775	33.988.090

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 2016 o Grupo contratou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações

			Consolidado	
Operação	Instituição	Data	Montante	Vencimento
Financiamento - Aquisição de Ativo SWT	Kreissparkasse Saalfeld-Rudolstadt	jun/16	7.437	jan/18
Financiamento - FINEP ⁽¹⁾	FINEP	out/16	22.597	fev/26
Risco Sacado	Itaú	fev/16	78.240	jun/16
Total			108.274	

1. Em 2016 a CSN contratou uma linha de crédito junto ao FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) no montante de R\$173.822, do qual já foi disponibilizado parcialmente o total de R\$22.597. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha aplicação financeira vinculada em CDB para garantia de carta fiança no montante de R\$25.750, vide nota 6.

• Amortizações

Operação	Consolidado	
	Principal	Encargos
Fixed Rate Notes	107.948	700.982
Debêntures		263.750
Cédula de Crédito Bancário		995.006
Nota de Crédito Exportação	65.000	813.701
Pré - Pagamento Exportação	170.731	210.676
BNDES/FINAME	50.856	58.900
Pré - Pagamento de dívida	297.239	
Risco Sacado	162.303	
Forfaiting	244.852	5.694
Outros	4.164	1.327
Total	1.103.093	3.050.036

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

A Companhia excepcionalmente não publicou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no prazo regulatório, conforme fato relevante divulgado em 27 de março de 2017. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou aos debenturistas de sua 5ª, 7ª, 8ª e 9ª Emissão de debêntures, que concedessem prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras até 31 de outubro de 2017. Não houve decretação de vencimento antecipado em nenhum dos financiamentos da Companhia em razão do atraso de divulgação das demonstrações financeiras em questão.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui provisionado R\$30.843 no Consolidado e R\$13.413 na Controladora de comissão por assunção de riscos.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

- Classificação de instrumentos financeiros**

Consolidado	Notas	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2016	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos - Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2015
						Saldos					Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	5			4.871.162		4.871.162			7.861.052		7.861.052
Aplicações financeiras vinculadas	6			760.391		760.391			763.599		763.599
Contas a Receber	7			1.904.630		1.904.630			1.500.812		1.500.812
Instrumentos financeiros derivativos	9		2.298			2.298		118.592			118.592
Títulos para negociação	9		2.966			2.966		10.778			10.778
Dividendos a receber	7				37.679	37.679				27.817	118.592
Total			5.264	7.536.183	37.679	7.579.126		129.370	10.125.463	27.817	10.373.425
Não Circulante											
Outros títulos a receber	9			15.291		15.291			6.877		6.877
Investimentos	10	1.374.268				1.374.268	471.674				471.674
Empréstimos - partes relacionadas	9			479.960		479.960			373.214		373.214
Total		1.374.268		495.251		1.869.519	471.674		380.091		851.765
Total Ativo		1.374.268	5.264	8.031.434	37.679	9.448.645	471.674	129.370	10.505.554	27.817	11.225.190
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	13				2.150.951	2.150.951				1.901.384	1.901.384
Instrumentos financeiros derivativos	15		121			121		26.257			26.257
Fornecedores					1.763.206	1.763.206				1.293.008	1.293.008
Dividendos e JCP	15				484.570	484.570				464.982	464.982
Total			121		4.398.727	4.398.848		26.257		3.659.374	3.685.631
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	13				28.382.802	28.382.802				32.484.576	32.484.576
Total					28.382.802	28.382.802				32.484.576	32.484.576
Total Passivo			121		32.781.529	32.781.650		26.257		36.143.950	36.170.207

- Mensuração do valor justo**

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		2.298	2.298		118.592	118.592
Títulos para negociação	2.966		2.966	10.778		10.778
Não Circulante						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Investimentos	1.374.268		1.374.268	471.674		471.674
Total Ativo	1.377.234	2.298	1.379.532	482.452	118.592	601.044
Passivo						
Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		121	121		26.257	26.257
Total Passivo		121	121		26.257	26.257

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBovespa). De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A política contábil da Companhia requer uma análise trimestral baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que o instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses. Se a Companhia concluir que houve queda significativa no preço do instrumento, uma perda por *impairment* deve ser reconhecida. Em 2012, considerando a cotação das Ações Usiminas na BM&FBovespa, foi registrada a primeira perda por *impairment* dessas ações. De acordo com essa política, sempre que a cotação das ações atingirem um patamar inferior ao do registro do último *impairment*, a Companhia deve registrar novas perdas no resultado, redefinindo o novo patamar mínimo de valor das ações.

Durante o exercício de 2016, não houve *impairment* constituído, sendo que os ganhos decorrentes da variação da cotação das ações no período foram registrados em outros resultados abrangentes (em 31 de dezembro de 2015, foi registrado *impairment* de R\$555.298):

Classe das Ações	Quantidade	31/12/2016		Quantidade	31/12/2015		Variação no exercício	
		Cotação	Saldo Contábil		Cotação	Saldo Contábil	Cotação	Variação Contábil
Ordinárias	107.156.651	8,26	885.114	71.390.300	4,02	286.989	4,24	598.125
Preferenciais	114.280.556	4,10	468.550	105.215.700	1,55	163.084	2,55	305.466
	221.437.207		1.353.664	176.606.000		450.073		903.591

- Riscos de preço de mercado de ações**

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento quando consideradas significativas (*impairment*), são registradas no resultado e as demais variações não decorrentes de *impairment* em resultado abrangente até a realização do investimento.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo registrado em resultado abrangente para os investimentos disponíveis para venda, líquido de imposto, é de R\$678.035 (R\$ (73) em 31 de dezembro de 2015).

III - Gestão de riscos financeiros:

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

14.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

- Risco de taxa de câmbio:**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

31/12/2016

Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	913.513	6.614
Contas a receber	372.613	3.497
Outros Ativos	3.906	13.157
Total Ativo	1.290.032	23.268
Empréstimos e financiamentos	(4.373.046)	(97.602)
Fornecedores	(97.231)	(2.438)
Outros Passivos	(17.946)	(9.288)
Total Passivo	(4.488.223)	(109.328)
Exposição bruta	(3.198.191)	(86.060)
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.457.667	
Hedge de investimento líquido no exterior		96.000
Exposição cambial líquida	(1.740.524)	9.940
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	(740.524)	9.940

Durante o segundo trimestre de 2016 a CSN iniciou um processo de revisão de sua estratégia de *hedge* cambial que resultou na liquidação da carteira de derivativos de dólar futuro. Como resultado, a exposição cambial líquida no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2016 foi de US\$ 1.740.524 mil, conforme demonstrado na tabela acima. Deve-se destacar que dentro da exposição cambial líquida, está incluído um passivo de US\$ 1 bilhão, na linha de Empréstimos e Financiamentos referente aos Bond Perpétuos, que considerando sua característica, não exigirá desembolso para liquidação do principal em futuro previsível. Sendo assim, excluindo o bonds perpétuos a exposição cambial líquida da Companhia é de US\$740.524 mil. A Companhia passou a focar sua estratégia de *hedge* na preservação de seu fluxo de caixa, de modo que está avaliando a substituição da exposição gerada pela liquidação dos derivativos por novas designações de *Hedge Accounting*, capturando as relações naturais existentes, bem como poderá utilizar outros instrumentos derivativos com o objetivo de proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN.

- Risco de taxa de juros:**

Risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 14 b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio e taxas de juros.

14.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e *Hedge Accounting*:

A CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

- Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Nacional	Nocional	31/12/2016			Nocional	31/12/2015			Consolidado
				Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2016
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	
BM&FBovespa		Dólar					1.435.000	110.075		110.075	(805.760)
Total Dólar futuro							1.435.000	110.075		110.075	(805.760)
BBVA		Dólar					39.450	154.017	(147.674)	6.343	(5.594)
BNPP	09/03/2017	Dólar	10.250	33.435	(31.137)	2.298	18.700	73.007	(71.703)	1.304	(873)
Total swap cambial dólar x euro			10.250	33.435	(31.137)	2.298	58.150	227.024	(219.377)	7.647	(6.467)
Itaú BBA		Real					150.000	189.760	(200.680)	(10.920)	(137)
HSBC		Real					185.000	233.125	(247.710)	(14.585)	(153)
Deutsche Bank		Real					10.000	12.579	(13.331)	(752)	(9)
Total swap taxa de juros Pré x CDI							345.000	435.464	(461.721)	(26.257)	(299)
Itaú BBA		Real					30.000	33.396	(33.232)	164	(14)
HSBC		Real					120.000	133.508	(132.802)	706	(49)
Total Swap Taxa de Juros CDI x Pré							150.000	166.904	(166.034)	870	(63)
BM&FBovespa	02/01/2017	Real	1.641.378			(121)					5.829
Total DI futuro			1.641.378			(121)					5.829
				33.435	(31.137)	2.177		939.467	(847.132)	92.335	(806.760)

Contrato Futuro de DI

A Companhia para proteger parte ou o todo de sua exposição a ativos cujas taxas de juros são pré-fixadas, pode contratar operações de derivativos de DI em bolsa ou no mercado de balcão, vinculando esses ativos às tendências de mercado. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha em carteira contratos de Futuros de DI negociados na BM&FBovespa que somavam um valor nocional de R\$1,641 bilhão.

O contrato de futuro de DI é definido como sendo o valor acumulado das taxas médias diárias de DI de um dia, calculadas entre a data da operação e a última data de negociação, sendo utilizado para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos/passivos em DI. As operações de compra e de venda, contratadas originalmente em taxa, serão transformadas em operações de venda e de compra, respectivamente, em PU.

A liquidação do contrato é exclusivamente financeira e ocorre diariamente até o vencimento do contrato (ajustes diários). A posição mantida pela Companhia é ajustada ao final de cada pregão pela diferença do preço de ajuste do dia (D0) frente ao preço do dia anterior (D-1) sendo liquidada no dia subsequente (D+1), conforme regras da BM&F.

Enquanto a Companhia mantiver contratos negociados na BM&FBovespa, é exigido pela câmara de compensação uma margem de garantia para cobrir os compromissos assumidos nesses contratos, que é apenas um percentual do valor total do contrato futuro. A CSN mantém valores mobiliários atrelados à essa garantia, representados substancialmente por títulos públicos, que serão resgatados após o encerramento da posição. Os valores dessas aplicações estão descritos na nota explicativa 6.

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

31/12/2016					
Instrumentos	Ativo		Passivo		Resultado financeiro líquido (nota 26)
	Circulante	Total	Circulante	Total	
Dólar futuro BM&F					(805.760)
Swap dólar x euro	2.298	2.298			(6.467)
Swap Pré x CDI (*)					(299)
Swap CDI x Pré (*)					(63)
DI futuro			(121)	(121)	5.829
	2.298	2.298	(121)	(121)	(806.760)

31/12/2015					
Instrumentos	Ativo		Passivo		Resultado financeiro líquido (nota 26)
	Circulante	Total	Circulante	Total	
Swap dólar x CDI					(18)
NDF dólar x real					785.702
Dólar futuro BM&F	110.075	110.075			25.381
NDF dólar x euro					39.668
Swap dólar x euro	7.647	7.647			(4.405)
Swap Pré x CDI			26.257	26.257	(4.956)
Swap CDI x Pré	870	870			870
	118.592	118.592	26.257	26.257	842.242

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em fevereiro, março e abril de 2016.

• **Hedge accounting de fluxo de caixa**

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2016, estão designados US\$1.5 bilhão em exportações a serem realizadas entre janeiro de 2017 e outubro de 2022.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2016:

									31/12/2016
Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R\$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil)
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2016 a Setembro de 2019	2,4442	500.000	(66.667)	45.793	(353.125)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019 (2)	2,5601	175.000	(41.667)	31.651	(93.200)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6781	100.000			(58.105)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março de 2021	3,1813	60.000			(4.668)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março de 2021	3,2850	100.000			2.590
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000			777
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000			6.630
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000			2.415
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000			6.762
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000			2.898
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000			3.672
01/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	(1)	3,3940	(9.000)			(1.213)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000			47.890
Total						1.566.000	(108.334)	77.444	(436.677)

(*) O efeito no resultado foi registrado em outras despesas operacionais.

(1) - Durante a designação de agosto de 2015, revisamos as projeções futuras de exportação e identificamos que o montante de US\$ 9 milhões designados anteriormente não eram mais prováveis de realização devido a redução do valor do *Platts*. Dessa forma, interrompemos a relação de hedge a partir agosto de 2015. A variação cambial do período efetivo continua registrada no Patrimônio Líquido até o momento da liquidação da dívida.

Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada como segue:

	31/12/2015	Movimento	Realização	31/12/2016
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.520.089	(1.005.968)	(77.444)	436.677
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	(516.831)			(516.831)
IR/CS não constituídos s/ hedge accounting de fluxo de caixa	516.831			516.831
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos	1.520.089	(1.005.968)	(77.444)	436.677

Em 31 de dezembro de 2016 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

- **Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o hedge de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2016 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	31/12/2016
						Impacto sobre o patrimônio líquido
01/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	57.804
31/01/2016	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	(1)	(24.000)	
Total					96.000	57.804

1. No mês de janeiro de 2016 foi liquidada a parcela de uma dívida designada como Instrumento de Hedge.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge de investimento líquido* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada como segue:

	31/12/2015	Movimento	Realização	31/12/2016
Hedge de investimento líquido no exterior	20.148	(77.952)		(57.804)
Valor justo do hedge de investimento líquido	20.148	(77.952)		(57.804)

Em 31 de dezembro de 2016 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do hedge foi registrada.

14.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

- **Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada**

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2016.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

31/12/2016				
Moeda	Taxa de câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	3,2591	3,1412	4,0739	4,8887
EUR	3,4384	3,7230	4,2980	5,1576
USD x EUR	1,0541	1,1867	1,3176	1,5812

31/12/2016			
Juros	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	13,63%	17,04%	20,45%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
LIBOR	1,32%	1,65%	1,98%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

31/12/2016					
Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Hedge accounting de exportação	1.457.667	Dólar	(38.191)	1.187.670	2.375.340
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(3.198.191)	Dólar	83.793	(2.605.806)	(5.211.612)
Posição cambial consolidada em US\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	(1.740.524)	Dólar	45.602	(1.418.136)	(2.836.272)
Hedge de investimento líquido no exterior	96.000	Euro	(6.278)	82.520	165.040
Posição cambial natural	(86.060)	Euro	5.628	(73.975)	(147.950)
Posição cambial consolidada em €\$ (incluindo derivativos cambiais acima)	9.940	Euro	(650)	8.545	17.090
Sw ap cambial dólar x euro	10.250	Dólar	(418)	(4.389)	(8.847)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar –valorização do real em 3,62% / Real x Euro – desvalorização do real em 8,28% / Dólar x Euro – desvalorização do dólar em 12,58%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 25/09/2017.

• Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

31/12/2016					
Instrumentos	Nocional	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
DI Futuro	1.641.378	CDI	(121)	55.930	111.860

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável as taxas de mercado em 31 de dezembro de 2016 registrados no ativo e passivo da Companhia.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2016.

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2016 registrados no ativo e passivo da Companhia.

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

- **Riscos de Crédito**

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

• Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos com partes relacionadas (nota 20 b)	10.927	6.798			182.810	110.106	67.940	118.653
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)	121	26.257						
Fundos exclusivos ⁽¹⁾ (nota 20 b)					121	25.387		
Dividendos e JCP a pagar (nota 14 I) ⁽²⁾	484.570	464.982			2.209	2.262		
Adiantamento de Clientes	90.720	49.505			80.652	40.988		
Tributos parcelados (nota 17)	24.444	24.237	83.312	87.890	9.397	9.207	1.524	1.476
Participação sobre lucro - empregados	211.791	171.695			148.788	121.423		
Provisão fretes	57.586	105.104			10.764	10.190		
Provisão reestruturação industrial	13.000	122.854				74.382		
Obrigações fiscais			8.518	7.805			7.035	6.321
Provisões diversas	23.162	30.784			6.890	10.289		
Materiais terceiros em nosso poder	288	184				4		
Outras obrigações	105.115	70.617	39.307	35.589	22.900	7.461		
	1.021.724	1.073.017	131.137	131.284	464.531	411.699	76.499	126.450

1. Refere-se a operações com derivativos administrados pelos fundos exclusivos.

2. Dividendos a pagar pela controlada CSN Mineração.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado		Reapresentado
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(206.178)	(135.671)	37.518	2.469
Diferido	(60.368)	(2.767.545)	59.299	(2.824.757)
	(266.546)	(2.903.216)	96.817	(2.822.288)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado		Reapresentado
(Prejuízo)/lucro antes do IR e da CSLL	(576.951)	1.685.341	(1.022.003)	1.606.255
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	196.163	(573.016)	347.481	(546.127)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	22.072	394.492	(125.917)	1.905.033
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(287.502)	798.603		
Ajuste <i>Transfer Price</i>	(63.638)	(66.447)	(26.679)	(70.083)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(821.920)	(89.978)	(788.240)	34.196
Limite de endividamento	(35.391)	(54.091)	(35.391)	(54.091)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos ⁽¹⁾	643.990	(1.133.091)	636.190	(1.133.091)
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	44.691	(2.949.003)	44.691	(2.949.003)
Efeito Refis e programa de quitação antecipada		(2.586)		(2.589)
IR/CS sobre lucros no exterior	(35.613)	72.376	(35.295)	(1.784)
Valor justo da participação de 59,76% detida na Namisa		855.551		
Amortização Ágio Metálico	31.439		31.439	
Incentivos fiscais	22.673		18.145	
Outras exclusões (adições) permanentes	16.490	(156.026)	30.393	(4.749)
IR / CSLL no resultado do exercício	(266.546)	(2.903.216)	96.817	(2.822.288)
Alíquota efetiva	-46%	172%	9%	176%

1. A partir do 3º. Trimestre de 2015 a Controladora deixou de constituir créditos de IR/CS sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

16.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos mantidos no ativo não circulante referem-se exclusivamente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e foram limitados a 30% do imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos reconhecidos no passivo. O restante do estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e a totalidade das diferenças temporárias foram baixados e mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura e montam, respectivamente, a R\$3.067.726 e R\$1.095.848.

	Saldo Inicial	Movimentação			Consolidado
	31/12/2015 Reapresentado	Patrimônio Líquido	Resultado	Outros	31/12/2016 Saldo Final
Diferido					
Prejuízos fiscais	417.256		556.397	(2.853)	970.800
Bases negativas	161.769		179.887	(1.027)	340.629
Diferenças temporárias	(1.572.992)	71.769	(796.652)	9.700	(2.288.175)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	245.923		7.615	3.398	256.936
- Provisões para passivos ambientais	89.290		5.758		95.048
- Perdas estimadas em ativos	87.152		6.756		93.908
- Perdas estimadas em estoques	29.048		5.234	1.421	35.703
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(5.454)		3.154		(2.300)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	947.989	(242.060)			705.929
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	164.167	(15.387)	(14.202)		134.578
- Provisão para consumos e serviços	92.401		30.625	75	123.101
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	38.614		1.751	1.643	42.008
- Ágio na incorporação	9.211		(283)	(8.113)	815
- Variações cambiais não realizadas ⁽²⁾	2.427.926		(838.275)		1.589.651
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)		131.916		(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	516.831	(368.360)			148.471
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(299.574)	52.506	42.717	5.350	(199.001)
- IR/CS diferidos não constituídos	(1.673.904)	527.520	(175.915)	(2.138)	(1.324.437)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.173.048)	114.627	44.691		(3.013.730)
- Combinação de negócios	(1.058.088)		(14.736)		(1.072.824)
- Outras	212.620	2.923	(33.458)	8.064	190.149
Total	(993.967)	71.769	(60.368)	5.820	(976.746)
Total Diferido Ativo	78.066				70.151
Total Diferido Passivo	(1.072.033)				(1.046.897)
Total Diferido	(993.967)				(976.746)

	Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2015	Patrimônio	Resultado	31/12/2016
	Reapresentado	Líquido		
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais	226.246		576.567	802.813
Bases negativas	93.031		187.133	280.164
Diferenças temporárias	(985.358)	19.425	(704.401)	(1.670.334)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	216.862		2.733	219.595
- Provisões para passivos ambientais	88.501		4.301	92.802
- Perdas estimadas em ativos	67.483		(5.085)	62.398
- Perdas estimadas em estoques	13.757		(1.071)	12.686
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(5.454)		3.154	(2.300)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	947.989	(242.060)		705.929
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	163.560	(12.302)	(14.235)	137.023
- Provisão para consumos e serviços	49.040		44.720	93.760
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	28.087		(373)	27.714
- Variações cambiais não realizadas ⁽²⁾	2.427.926		(770.733)	1.657.193
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)		131.916	(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	516.831	(368.360)		148.471
- IR/CS diferidos não constituídos	(1.491.042)	527.520	(152.049)	(1.115.571)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.173.048)	114.627	44.691	(3.013.730)
- Combinação de negócios	(721.993)			(721.993)
- IR/CS diferidos sobre combinação negócios CGPAR ⁽¹⁾			(22.609)	(22.609)
- IR/CS diferidos sobre amortização mais valia - CGPAR			1.340	1.340
- Outras	110.239		28.899	139.138
Total	(666.081)	19.425	59.299	(587.357)
Total Diferido Passivo	(666.081)			(587.357)
Total Diferido	(666.081)			(587.357)

(1) Tributos diferidos na aquisição de controle – CGPAR conforme mencionado na nota 3.2.

(2) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2012 e 2016 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$1.743.368. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estariam sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devido fossem, somariam aproximadamente R\$580.332.

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

16.c) Teste de recuperação do IR/CS Diferidos

Anualmente a CSN executa um estudo técnico para demonstrar se a geração de resultados futuros tributáveis suportam a realização dos créditos fiscais.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade, conforme legislação tributária brasileira e é realizado considerando-se substancialmente as projeções da Controladora (98% do valor consolidado), uma vez que as demais empresas do grupo não possuem créditos relevantes para fins desse estudo. A controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Planos Brasil;
- Aços Longos Brasil;
- Cimentos;

O IR/CS diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias referem-se, principalmente, aos itens a seguir:

Natureza	Breve descrição
Prejuízos Fiscais	A Companhia começou a incorrer em prejuízos fiscais na Controladora em períodos recentes, em decorrência do forte aumento das despesas financeiras, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos.
Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia optou pela tributação por regime de caixa. Como a Controladora não tem apresentado lucro tributável, não tem sentido utilizar a dedutibilidade ano a ano (regime de competência). Como resultado da tributação por regime de caixa, os impostos são apenas devidos e as despesas são apenas dedutíveis quando da liquidação da dívida.
Perda no investimento em ações da Usiminas	A perda no investimento em ações da Usiminas é reconhecida através do regime de competência, no entanto, o evento que gera a tributação ocorrerá somente no momento da alienação do investimento, previsto para ocorrer dentro do período projetado para a realização dos créditos fiscais diferidos.
Outras Provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingência, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;
- Lucro Tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

O Lucro tributável é obtido considerando os ajustes no lucro antes dos impostos, principalmente nos seguintes itens:

- Diferenças cambiais: devem ser compensadas com lucros futuros com base na liquidação das dívidas com terceiros e reprogramação das dívidas com partes relacionadas (para corresponder aos períodos de maior rentabilidade);
- Perda no investimento em ações da Usiminas: o modelo utiliza os créditos tributários no momento da venda das ações preferenciais (e realização das perdas), exclusivamente;
- Outras provisões: considerando a impossibilidade de prever o momento da ocorrência das perdas para a qual as provisões foram constituídas, a Companhia decidiu assumir o consumo de até 10% por ano; e

- Prejuízo fiscal: de acordo com a legislação brasileira, a utilização é limitada a 30% sobre o lucro tributável no ano. Ainda de acordo com a legislação brasileira, os prejuízos fiscais não expiram e podem ser utilizados para compensar lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

Por outro lado, como aspecto negativo, a CSN sofreu prejuízos fiscais na maior parte dos últimos cinco anos, decorrentes da deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro, bem como pelo crescimento da alavancagem financeira, que desbalanceou a relação entre resultado financeiro e operacional na Controladora.

Resumindo, os principais aspectos positivos e negativos que a Companhia considerou no cálculo das projeções foram:

- i. Aspectos positivos: lucro operacional, prejuízos fiscais não expiram, extinção das despesas financeiras decorrentes da eliminação da relação pré-existente entre a Namisa e a Controladora e os dividendos a receber da CSN Mineração.
- ii. Aspectos negativos: histórico de prejuízos fiscais, caixa gerado substancialmente para pagamento de dívidas e aumento dos custos do minério de ferro, já que, a partir da combinação de negócios, a Controladora passou a comprar minério de ferro a preço de mercado da CSN Mineração e de acordo com a legislação brasileira, a utilização do prejuízo fiscal é limitada a 30% sobre o lucro tributável no ano.

A existência de prejuízos fiscais gerados nos últimos exercícios, é evidência negativa relevante por ser objetivamente verificável, de forma que é dado mais peso a essa evidência que a outras que possuem algum caráter de subjetividade, de acordo com a interpretação do pronunciamento técnico IAS 12 / CPC 32.

As projeções dos lucros tributáveis futuros para o ano de 2015 e que sustentavam o registro dos créditos fiscais diferidos atribuíam peso importante à venda de determinados ativos *non-core*; cuja reflexão técnica durante o exercício de 2016 indicou que as correspondentes vendas não seriam passíveis de inclusão nessas projeções por estarem fora do controle da Administração. Esse novo entendimento reduziu a base tributável futura para o período estimado nessas projeções.

Dessa forma, considera-se que não há evidências suficientemente fortes que sustentem o registro dos créditos fiscais, limitando seu reconhecimento até o limite de 30% dos impostos diferidos passivos.

16.d) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	30.234	64.489	33.400	65.246
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(33.400)	(65.128)	(33.400)	(65.128)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(33.796)	38	(33.796)	19.269
Ganhos atuariais e ativos disponíveis para venda por incorporação				(19.349)
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ativos disp. Venda	33.796	(38)	33.796	(38)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	109.813	158.880	109.813	158.880
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - hedge fluxo caixa	(109.813)	(158.880)	(109.813)	(158.880)
	(428.676)	(426.149)	(425.510)	(425.510)

17. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 15, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Refis Federal Lei 11.941/09	11.956	11.891	19.779	19.247	9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13	5.572	4.830	57.905	56.661				
Demais Parcelamentos	6.916	7.516	5.628	11.982	224	34	1.524	1.476
	24.444	24.237	83.312	87.890	9.397	9.207	1.524	1.476

18. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fiscais	119.523	143.852	62.035	82.472	70.979	82.619	48.831	67.843
Previdenciárias	62.574	70.174	48.614	46.193	61.594	69.293	48.614	46.193
Trabalhistas	485.422	478.611	186.823	165.027	381.255	388.763	156.978	133.686
Cíveis	137.857	128.451	23.179	24.634	110.420	103.087	16.395	13.696
Ambientais	7.716	17.646	2.220	1.697	2.370	12.536	2.220	1.628
Depósitos Caucionados			8.387	8.519				
	813.092	838.734	331.258	328.542	626.618	656.298	273.038	263.046

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2016 pode ser assim demonstrada:

Consolidado					
Circulante + Não Circulante					
Natureza	31/12/2015	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2016
Fiscais	143.852	5.293	10.533	(40.155)	119.523
Previdenciárias	70.174		1.392	(8.992)	62.574
Trabalhistas	478.611	107.571	81.766	(182.526)	485.422
Cíveis	128.451	5.977	17.300	(13.871)	137.857
Ambientais	17.646	2.647	683	(13.260)	7.716
	838.734	121.488	111.674	(258.804)	813.092

Controladora					
Circulante + Não Circulante					
Natureza	31/12/2015	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2016
Fiscais	82.619	5.290	5.622	(22.552)	70.979
Previdenciárias	69.293		1.293	(8.992)	61.594
Trabalhistas	388.763	71.808	72.212	(151.528)	381.255
Cíveis	103.087	4.920	12.447	(10.034)	110.420
Ambientais	12.536	163	404	(10.733)	2.370
	656.298	82.181	91.978	(203.839)	626.618

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) autos de infração de ISS incidente nos contratos de locação; (ii) ICMS declarado e não comprovado o recolhimento; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação de tributos Federais não homologadas por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2016, em 7.953 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$485.422 (R\$478.611 em 31 de dezembro de 2015). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes da obtenção de alvarás para encerramento de processos, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões para contingência, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$137.857 em 31 de dezembro de 2016 (R\$128.451 em 31 de dezembro de 2015).

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Para os processos envolvendo a matéria ambiental foi provisionado o montante de R\$7.716 em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.646 em 31 de dezembro de 2015).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Justiça Estadual), referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo foi classificado inicialmente com grau de risco de perda provável, entretanto, devido ao fato de os pedidos liminares terem sido indeferidos em primeira e segunda instância, em especial, a remoção das 750 (setecentas e cinquenta) famílias, bem como por não haver ainda uma perícia judicial que dimensione os riscos e consequentemente o escopo de remediação, a classificação do grau de risco passou a ser possível, considerando a fase atual do processo.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível.

Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima.

Atualmente, discute-se o conflito de competência entre ambas as ações, entre a Justiça Estadual e Federal, para processar e julgar as causas.

▪ Outros Processos Administrativos e Judiciais

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA (vide nota 34)	8.415.142	7.743.501
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa (vide nota 34)	2.457.855	2.250.833
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários ⁽¹⁾	2.327.499	1.105.793
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010 e 2011 ⁽²⁾	1.644.898	832.183
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de Energia Elétrica	838.192	785.043
Parcelamento MP 470 - Suposta insuficiência de prejuízo fiscal e base negativa	652.553	587.205
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.505.079	1.015.355
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	570.997	516.581
Glosa de créditos - ICMS - Compra de estabelecimento ⁽³⁾		277.389
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	279.511	252.112
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	455.214	409.323
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização	749.492	541.338
Auto de Infração- IRRF- Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	185.249	170.835
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo	348.512	349.908
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	2.727.258	2.187.718
Processos previdenciários	263.951	289.923
Ação de Execução proposta pelo CADE	96.316	70.423
Outros processos cíveis	814.440	763.576
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.138.155	1.032.678
Processos ambientais	375.272	359.046
	25.845.585	21.540.763

1. O aumento observado decorre de novo Auto de infração recebido em dezembro de 2016.

2. O aumento observado decorre de novo Auto de infração recebido em junho de 2016 de referentes aos lucros no exterior 2011.

3. Autos de infração cancelados com decisão favorável em 2º instância administrativa. Ciência do acórdão em 15 de fevereiro de 2016.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionadas em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Processos ambientais**

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram.

19. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos Ambientais	273.475	262.290	265.772	259.115
Desativação de ativos	73.589	66.641		
	347.064	328.931	265.772	259.115

19.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2016 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2016 foi de 9,2% em termos reais. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGP-M) do período, em referência.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

19.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015, a Companhia concluiu o novo relatório de certificação das reservas minerais de ferro nas minas de Casa de Pedra e do Engenho. Este relatório, preparado por empresa especializada, certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro, o que representa um acréscimo de 85% em comparação com as quantidades certificadas na última auditoria realizada em abril de 2007.

20. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

20.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,21% de participação no capital votante.

Também integrando o controle da Companhia estão a Rio Iaco Participações S.A., a CFL Participações S.A. e a Vicunha Têxtil, as quais detêm participação no capital votante da CSN de 4,19%, 0,29% e 0,36%, respectivamente.

A estrutura societária da Vicunha Aços é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,35% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 13,06% na Vicunha Aços S.A e detém participação 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,59% na Vicunha Aços S.A e detém participação 60% na Vicunha Steel S.A.

20.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• Por operação

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Ativo						
Contas a receber ^(nota 7)	129.837	61.366			129.837	61.366
Dividendos a receber ^(nota 7)	37.679	27.817			37.679	27.817
Ativo Atuarial ^(nota 9)			119.854	114.433	119.854	114.433
Aplicações financeiras / Investimentos	315.319				315.319	
Empréstimos ^(nota 9)			479.960	373.214	479.960	373.214
Outros Créditos ^(nota 9)	5.768	9.420	32.020	29.020	37.788	38.440
	488.603	98.603	631.834	516.667	1.120.437	615.270
Passivo						
Outras obrigações ^(nota 15)						
Contas a pagar	10.927	6.798			10.927	6.798
Empréstimos						
Fornecedores	50.623	67.443			50.623	67.443
Passivo Atuarial			28.004	25.294	28.004	25.294
	61.550	74.241	28.004	25.294	89.554	99.535
	31/12/2016	31/12/2015				
Resultado						
Receitas						
Vendas	878.992	725.285				
Juros ^(nota 26)	60.964	65.084				
Despesas						
Compras	(1.099.851)	(1.103.428)				
Juros ^(nota 26)	(3.185)	(1.333)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(18.398)					
	(181.478)	(314.392)				

• **Por empresa**

	Consolidado									
	Ativo			Passivo			Resultado			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas
Joint-venture e Joint-operation										
Itá Energética S.A.				2.742		2.742		(32.363)		(32.363)
MRS Logística S.A.	36.959		36.959	31.800		31.800		(903.030)		(903.030)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	2.914		2.914	14.402		14.402	18	(138.374)		(138.356)
Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾	247	459.762	460.009	714		714	5.039	(8.505)	55.758	52.292
	40.120	459.762	499.882	49.658		49.658	5.057	(1.082.272)	55.758	(1.021.457)
Outras Partes Relacionadas										
CBS Previdência		119.854	119.854		28.004	28.004				
Fundação CSN	1.829		1.829	428		428		(4.045)		(4.045)
Banco Fibra ⁽²⁾	315.319		315.319	10.560		10.560			(844)	(18.398)
Usiminas				537		537	17.027	(6.026)		11.001
Panatlantica ⁽³⁾	125.742	3.000	128.742				779.503			779.503
Ibis Participações e Serviços							47	(7.370)		(7.323)
Partifib Projetos Imobiliários	263		263				3.082			3.082
Vicunha Imóveis Ltda.				79		79				
Vicunha Serviços Ltda.				13		13				
	443.153	122.854	566.007	11.617	28.004	39.621	799.659	(17.441)	(844)	(18.398)
Coligadas										
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	5.330	49.218	54.548	275		275	31.026		2.995	34.021
Operação descontinuadas										
Cia Metalic Nordeste							43.250	(138)	(130)	42.982
Total em 31/12/2016	488.603	631.834	1.120.437	61.550	28.004	89.554	878.992	(1.099.851)	57.779	(18.398)
Total em 31/12/2015 (Reapresentado)	98.603	516.667	615.270	74.241	25.294	99.535	725.285	(1.103.428)	63.751	(314.392)

1. Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R\$: Juros de 102,0% a 115,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos totalizam R\$459.762 (R\$222.727 em 31 de dezembro de 2015).
2. Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se a aplicações financeiras em CDB e *Time deposit a taxa de mercado*.
3. Panatlantica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

• Por operação

	Circulante		Não Circulante		Controladora	
					Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Ativo						
Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 7)	1.034.098	1.140.172			1.034.098	1.140.172
Dividendos a receber ^(nota 7)	873.473	737.668			873.473	737.668
Ativo Atuarial ^(nota 9)			109.106	112.660	109.106	112.660
Empréstimos ^(nota 9)	25.602		375.716	239.930	401.318	239.930
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	811.990	1.412.428	81.382	28.078	893.372	1.440.506
Fundos exclusivos ^(nota 9)		110.075				110.075
Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 9)	132.384	32.479	311.414	303.441	443.798	335.920
	2.877.547	3.432.822	877.618	684.109	3.755.165	4.116.931
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento ^(nota 13)	72.128	85.987	4.876.840	5.843.050	4.948.968	5.929.037
Fixed Rate Notes ^(nota 13)	27.044	32.402	3.385.587	4.056.347	3.412.631	4.088.749
Empréstimos Intercompany ^(nota 13)	149.654	1.261.861	2.719.420	2.137.040	2.869.074	3.398.901
	248.826	1.380.250	10.981.847	12.036.437	11.230.673	13.416.687
Outras obrigações ^(nota 15)						
Contas a pagar ⁽⁴⁾	182.810	110.106	67.940	118.653	250.750	228.759
Fundos exclusivos ⁽²⁾ (nota 15)	121	25.387			121	25.387
Fornecedores	141.048	153.559			141.048	153.559
Passivo Atuarial			28.004	25.293	28.004	25.293
	323.979	289.052	95.944	143.946	419.923	432.998
	31/12/2016	31/12/2015				
Resultado						
Receitas						
Vendas/Outras	3.050.152	5.852.639				
Juros ^(nota 26)	40.646	26.073				
Fundos Exclusivos ^(nota 26)		812.079				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	2.325.086					
Despesas						
Compras	(1.474.921)	(1.636.308)				
Juros ^(nota 26)	(528.547)	(983.541)				
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		(3.780.650)				
Rendimentos dos Fundos Exclusivos ^(nota 26)	(655.849)					
	2.756.567	290.292				

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, totalizam R\$811.990 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.412.428 em 31 de dezembro de 2015) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, no grupo não circulante, totalizam R\$81.382 (R\$28.078 em 31 de dezembro de 2015).
3. Circulante: Refere-se principalmente a repasse de despesas administrativas no valor de R\$120.621.
Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente a aquisição de debêntures.

4. Circulante: Refere-se principalmente a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aço para revenda através da sua controlada CSN LLC.

Não Circulante: Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com a empresa Ferrovia Transnordestina Logística.

• Por empresa

	Controladora										
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas / Outras	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas	Total
Controladas											
Companhia Metalúrgica Prada ⁽¹⁾	261.166	121.336	382.502	12.682	196	12.878	990.730	(103.470)			887.260
Estanho de Rondônia S.A.	4.200	1.766	5.966	1.875		1.875		(13.383)	182		(13.201)
Sepetiba Tecon S.A.	33.036	89.677	122.713	26.226		26.226		(77.903)	1.044		(76.859)
Minérios Nacional S.A.		11.096	11.096						17		17
CSN Mineração S.A. ⁽²⁾	955.575		955.575	52.074		52.074	144.689	(632.756)			(488.067)
CSN Energia S.A.	4.332		4.332	20.638		20.638		(244.859)	(653)		(245.512)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		5.481	5.481		67.745	67.745	30			(10.350)	(10.320)
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽³⁾	479.625		479.625	169.026		169.026	798.753			119.433	918.186
CSN Europe Ltda.				12.925	100.118	113.043			(581)	19.836	19.255
CSN Resources S.A. ⁽⁴⁾				225.838	8.270.074	8.495.912			(453.750)	1.638.485	1.184.735
Lusosider Aços Planos, S.A.	157.923		157.923	158		158	290.050			40.615	330.665
CSN Islands XI Corp. ⁽⁵⁾					1.042.912	1.042.912				206.624	206.624
CSN Islands XII Corp. ⁽⁶⁾				10.063	1.479.631	1.489.694			(67.706)	293.148	225.442
CSN Ibéria Ltda.					89.111	89.111			(2.673)	17.295	14.622
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	5.404	44.859	50.263								
Companhia Florestal do Brasil		5.179	5.179								
Stahlwerk Thüringen GmbH				(267)		(267)		(15.502)			(15.502)
CGPAR Construção Pesada S.A.	5.219		5.219								
	1.906.480	279.394	2.185.874	531.238	11.049.787	11.581.025	2.224.252	(1.087.873)	(524.120)	2.325.086	2.937.345
Joint-venture e Joint-operation											
ITA Energética S.A	11.790		11.790								
MRS Logística S.A.	18.484		18.484	21.564		21.564		(263.087)			(263.087)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	722		722	8.553		8.553	18	(110.294)			(110.276)
Transnordestina Logística S.A.	247	355.518	355.765						36.330		36.330
	31.243	355.518	386.761	30.117		30.117	18	(373.381)	36.330		(337.033)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência		109.106	109.106		28.004	28.004					
Fundação CSN	1.829		1.829	224		224		(958)			(958)
Banco Fibra	150.034		150.034	10.560		10.560			(2.976)		(2.976)
Usiminas				453		453		(5.201)			(5.201)
Panatlântica	125.742	3.000	128.742				779.503				779.503
Ibis Participações e Serviços								(7.370)			(7.370)
Ibis Agrária Ltda							47				47
Partifil Projetos Imobiliários	263		263				3.082				3.082
Vicunha Imóveis Ltda.				79		79					
Vicunha Serviços Ltda.				13		13					
	277.868	112.106	389.974	11.329	28.004	39.333	782.632	(13.529)	(2.976)		766.127
Coligadas											
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		49.218	49.218						2.995		2.995
Fundos Exclusivos											
Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel	661.956	81.382	743.338	121		121			(655.849)		(655.849)
Operação descontinuadas											
Cia Metalic Nordeste							43.250	(138)	(130)		42.982
Total em 31/12/2016	2.877.547	877.618	3.755.165	572.805	11.077.791	11.650.596	3.050.152	(1.474.921)	(1.143.750)	2.325.086	2.756.567
Total em 31/12/2015 (Reapresentado)	3.432.822	684.109	4.116.931	1.669.302	12.180.383	13.849.685	5.852.639	(1.636.308)	(145.389)	(3.780.650)	290.292

- Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R\$261.166 em 31 de dezembro de 2016 e o montante de R\$121.336 de debêntures da controlada indireta CBL.
- CSN Mineração: Ativo: Refere-se principalmente a dividendos declarados pela Namisa, no valor de R\$694.080 assumido pela CSN Mineração na incorporação em 31 de dezembro de 2015, dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2016 no montante de R\$128.238 e repasse de despesas administrativas no valor de R\$120.621.
Passivo: Contas a pagar referente a compra de minério de ferro e de serviços portuários.

3. Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$479.625 em 31 de dezembro de 2016 (R\$682.875 em 31 de dezembro de 2015), referente a operações de vendas de aços para revenda.
4. CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento, *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds*. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos totalizam R\$8.495.912 (R\$10.146.701 em 31 de dezembro de 2015).
5. CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos totalizam R\$1.042.912 (R\$1.249.536 em 31 de dezembro de 2015).
6. CSN Islands XII Corp: Refere-se principalmente a contratos de Pré-Pagamento e contratos *Intercompany*, em dólar. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos totalizam R\$1.489.631 (R\$1.784.417 em 31 de dezembro de 2015).

20.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a principal patrocinadora da CBS Previdência, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora, mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais, que são desenvolvidos principalmente nas localidades onde a Companhia atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco são principalmente movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

Em 29 de dezembro de 2016 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Crédito sem Coobrigação com o Banco Fibra S.A. no valor de R\$171.394, pelo qual a CSN vendeu créditos oriundos de transações comerciais realizadas com seus clientes cujo prazo médio era de 37 dias.

• Empresas sob controle de membro da administração da Companhia

- Ibis Participações e Serviços Ltda.
- Ibis Agrária Ltda
- Partifib Projetos Imobiliários Ltda.
- Vicunha Imóveis Ltda.
- Vicunha Serviços Ltda.

20.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2016.

	31/12/2016	31/12/2015
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	71.852	47.578
Benefícios pós-emprego	306	311
	72.158	47.889

A remuneração do pessoal chave da Administração em 2016 inclui pagamentos relativos a contratos celebrados com executivos e que estavam vinculados ao cumprimento de parâmetros que foram atingidos principalmente no primeiro trimestre de 2016.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

21.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

21.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

21.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2016, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A.	682.855.454	49,21%	50,32%	697.719.990	50,29%	51,41%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,29%	58.193.503	4,19%	4,29%
CFL Participações S.A. (*)	3.977.536	0,29%	0,29%			
Vicunha Textil S.A. (*)	4.927.000	0,36%	0,36%			
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	20.143.031	1,45%	1,48%	20.143.031	1,45%	1,48%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,63%	0,65%	8.794.890	0,63%	0,65%
NYSE (ADRs)	323.546.664	23,32%	23,84%	336.435.464	24,25%	24,79%
BM&FBovespa	254.694.969	18,36%	18,77%	235.846.169	17,00%	17,38%
Total de ações em circulação	1.357.133.047	97,81%	100,00%	1.357.133.047	97,81%	100,00%
Ações em tesouraria	30.391.000	2,19%		30.391.000	2,19%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) Empresas do grupo controlador.

21.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo em tesouraria
1º	13/03/2014	70.205.661	De 14/03/2014 a 14/04/2014	R\$ 9,34	R\$ 9,22 e R\$ 9,45	2.350.000		2.350.000
2º	15/04/2014	67.855.661	De 16/04/2014 a 23/05/2014	R\$ 8,97	R\$ 8,70 e R\$ 9,48	9.529.500		11.879.500
3º	23/05/2014	58.326.161	De 26/05/2014 a 25/06/2014	R\$ 9,21	R\$ 8,61 e R\$ 9,72	31.544.500		43.424.000
4º	26/06/2014	26.781.661	De 26/06/2014 a 17/07/2014	R\$ 10,42	R\$ 9,33 e R\$ 11,54	26.781.661		70.205.661
	18/07/2014			Não aplicável	Não aplicável		60.000.000 ⁽¹⁾	10.205.661
5º	18/07/2014	64.205.661	De 18/07/2014 a 18/08/2014	R\$ 11,40	R\$ 11,40	240.400		10.446.061
	19/08/2014			Não aplicável	Não aplicável		10.446.061 ⁽¹⁾	
6º	19/08/2014	63.161.055	De 19/08/2014 a 25/09/2014	R\$ 9,82	R\$ 9,47 e R\$ 10,07	6.791.300		6.791.300
7º	29/09/2014	56.369.755	De 29/09/2014 a 29/12/2014	R\$ 7,49	R\$ 4,48 e R\$ 9,16	21.758.600		28.549.900
8º	30/12/2014	34.611.155	De 31/12/2014 a 31/03/2015	R\$ 5,10	R\$ 4,90 e R\$ 5,39	1.841.100		30.391.000
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015					

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

- Em 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 70.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2016 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
30.391.000	R\$ 238.976	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 325.184

(*) Utilizada a cotação média das ações na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$10,70 por ação.

21.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

21.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
	Reapresentado	
	Ações ordinárias	
(Prejuízo)/Lucro do exercício		
Das Operações Continuadas	(925.186)	(1.216.033)
Das Operações Descontinuadas	(9.561)	1.911
	(934.747)	(1.214.122)
Média ponderada da quantidade de ações	1.357.133.047	1.357.150.010
LPA Básico e Diluído		
Das Operações Continuadas	(0,68172)	(0,89602)
Das Operações Descontinuadas	(0,00704)	0,00141
	(0,68876)	(0,89461)

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

22. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 11 de março de 2015 o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos, à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), no montante de R\$275.000, correspondendo R\$0,202633043 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 19 de março de 2015, sem atualização monetária.

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos deliberados e pagos:

Exercício	Ano de Deliberação	Dividendos	Total	Exercício	Ano de Pagamento	Dividendos	Total
2015	2015	275.000	275.000		2015	274.917	274.917
				2015	2015	274.918	274.918
	2016 (*)				2016	53	
Total Deliberado		275.000	275.000	Total Pago		549.888	549.835

(*) Não houve deliberação de dividendos durante o ano de 2016.

23. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta				
Mercado interno	10.206.195	10.212.748	9.628.237	9.579.626
Mercado externo	9.571.630	7.725.818	1.733.999	4.581.429
	19.777.825	17.938.566	11.362.236	14.161.055
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(190.415)	(297.957)	(147.456)	(291.503)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.438.461)	(2.378.912)	(2.214.865)	(2.151.183)
	(2.628.876)	(2.676.869)	(2.362.321)	(2.442.686)
Receita Líquida	17.148.949	15.261.697	8.999.915	11.718.369

24. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015
Matérias Primas e Insumos	(4.518.718)	(4.858.070)	(3.556.098)	(3.354.125)
Mão de obra	(2.482.111)	(1.887.735)	(1.361.205)	(1.569.791)
Suprimentos	(1.384.437)	(1.095.576)	(987.635)	(1.061.557)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.203.294)	(1.069.404)	(683.891)	(1.020.110)
Serviços de Terceiros	(3.492.520)	(3.284.238)	(1.014.438)	(2.018.995)
Depreciação, Amortização e Exaustão (nota 11 a)	(1.278.816)	(1.130.869)	(596.443)	(863.741)
Outros	(495.274)	(314.730)	(30.932)	(306.978)
	(14.855.170)	(13.640.622)	(8.230.642)	(10.195.297)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(12.640.042)	(11.740.101)	(7.353.490)	(9.137.528)
Despesas com vendas	(1.696.896)	(1.430.189)	(612.917)	(683.516)
Despesas gerais e administrativas	(518.232)	(470.332)	(264.235)	(374.253)
	(14.855.170)	(13.640.622)	(8.230.642)	(10.195.297)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Outras receitas operacionais				
Indenizações/Ganho processos judiciais	26.871	5.189	3.822	4.673
Aluguéis e arrendamentos	1.483	1.150	1.326	1.150
Reversão de provisões		5.020		154.812
Dividendos recebidos	567	5.794	384	5.700
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS	203.504	234.287	194.082	234.266
Multas Contratuais	2.501	2.200	1.145	2.669
Ganhos decorrentes da combinação de negócios (nota 3) (*)	66.496	3.297.499	66.496	1.274.104
Plano de pensão atuarial	48.790	8.702	41.868	8.596
Ganho com alienação de ativo mantido para venda (nota 4)	252.023		252.023	
Outras receitas	61.274	50.506	26.244	4.964
	663.509	3.610.347	587.390	1.690.934
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(88.249)	(13.999)	(5.719)	(9.587)
Baixa/(Provisão) de depósitos judiciais	(64.886)	(24.145)	(47.257)	(23.164)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(5.023)	(41.697)	(195)	(44.280)
Despesas com processos fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas	(151.534)	(273.890)	(111.764)	(252.589)
Multas contratuais	(16.624)	(309)	(15.699)	(26)
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 11 a)	(43.681)	(41.068)		
Baixas de imobilizado e intangível (notas 11 e 12)	(88.339)	(6.466)	(39.397)	(3.990)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(17.236)	1.154	804	15.835
Perdas com sobressalentes	(12.080)	(55.790)	(5.688)	(49.970)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(31.156)	(38.138)	(29.601)	(37.196)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(2.269)	(3.363)	(2.269)	(3.363)
Despesa com assessoria e consultoria	(20.865)	(15.888)	(20.851)	(15.720)
Despesa plano de saúde (nota 28 f)	(80.489)	(56.838)	(80.421)	(56.838)
Impairment ativos disponíveis para venda		(555.298)		(555.298)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13		(4.801)		(4.801)
Reversão/(Provisão) reestruturação industrial	96.390	(122.854)	56.402	(74.382)
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 14 b)	(77.444)	(11.439)	(77.444)	(11.439)
Impairment Fair Value Transnordestina (nota10b)	(387.989)		(387.989)	
Outras despesas	(85.256)	(76.362)	(4.850)	(54.198)
	(1.076.730)	(1.341.191)	(771.938)	(1.181.006)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(413.221)	2.269.156	(184.548)	509.928

(*) Em 2016 se refere a ganho na avaliação ao valor justo da participação anterior a aquisição no montante de R\$41.118 e ganho por compra vantajosa no montante de R\$25.378.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 20 b)	60.964	65.084	40.646	838.152
Rendimentos sobre aplicações financeiras	301.401	212.826	97.762	56.259
Ganhos com derivativos	5.829	870		
Recompra de títulos da dívida	146.214	166.642		
Outros rendimentos (*)	129.182	42.298	60.143	19.939
	643.590	487.720	198.551	914.350
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(930.508)	(938.047)	(224.460)	(204.942)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(2.229.849)	(2.116.149)	(1.915.375)	(1.824.903)
Partes relacionadas (nota 20 b)	(3.185)	(1.333)	(1.184.396)	(983.541)
Juros Capitalizados (notas 11 e 32)	215.794	166.366	127.675	160.777
Perdas com derivativos	(362)	(4.956)		
Juros, multas e moras fiscais	(38.002)	(20.511)	(7.996)	894
Comissões e despesas bancárias	(155.249)	(81.594)	(127.549)	(69.397)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(39.154)	(23.699)	(32.665)	(15.944)
Outras despesas financeiras (**)	(102.450)	(105.050)	(71.758)	(87.267)
	(3.282.965)	(3.124.973)	(3.436.524)	(3.024.323)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	7.865	44.422	7.804	679
Variações cambiais líquidas	921.310	(1.618.659)	1.993.784	(4.066.935)
Variações cambiais com derivativos	(812.227)	846.328		146.445
	116.948	(727.909)	2.001.588	(3.919.811)
Resultado financeiro líquido	(2.522.427)	(3.365.162)	(1.236.385)	(6.029.784)
Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap dólar x CDI		(18)		
NDF dólar x real		785.702		
Dólar futuro BM&F	(805.760)	25.381		146.445
NDF dólar x euro		39.668		
Sw ap dólar x euro	(6.467)	(4.405)		
	(812.227)	846.328		146.445
Sw ap Pré x CDI	(299)	(4.956)		
Sw ap CDI x Pré	(63)	870		
DI Futuro	5.829			
	5.467	(4.086)		
	(806.760)	842.242		146.445

(*) Refere-se substancialmente a Descontos Obtidos e Atualização de Créditos Fiscais.

(**) Refere-se substancialmente a Descontos Concedidos, IOF e Provisão de Encargos IRRF/CSLL.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil toneladas por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG com a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG, bem como as operações da CSN Mineração S.A., que além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015 a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA .

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 440 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda/RJ. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final daquele ano, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer, em Arcos/MG, esta já supria as necessidades da moagem da planta de produção de cimentos, localizada em Volta Redonda/RJ.

No 2º semestre de 2016, a Companhia iniciou a operação de um novo forno de clínquer, em Arcos, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria e dois moinhos de cimento.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna “Despesas corporativas/eliminação”.

A partir do exercício de 2015, após a combinação dos ativos da mineração (Casa de Pedra, Namisa e Tecar), o resultado consolidado passa a considerar a totalidade desta nova empresa.

								31/12/2016
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	4.857.174	36.983.297				2.814.476	(4.062.774)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.729.913
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.419.036
Total receita líquida (nota 23)	11.515.908	4.581.903	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(1.236.194)	17.148.949
Custo produtos e serviços vendidos	(9.393.237)	(3.099.236)	(141.542)	(914.361)	(195.994)	(467.373)	1.571.701	(12.640.042)
Lucro Bruto	2.122.671	1.482.667	66.180	405.546	73.101	23.235	335.507	4.508.907
Despesas vendas e administrativas	(914.927)	(185.149)	(25.180)	(83.020)	(25.196)	(74.528)	(907.128)	(2.215.128)
Depreciação (nota 11 a)	679.074	461.287	13.430	227.792	17.140	73.030	(192.937)	1.278.816
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							502.345	502.345
EBITDA ajustado	1.886.818	1.758.805	54.430	550.318	65.045	21.737	(262.213)	4.074.940
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.815	3.519.713					843.340	4.393.868
América do Norte	1.891.865							1.891.865
América Latina	259.640							259.640
Europa	2.324.580	434.378						2.758.958
Outras	28.921	85.784						114.705
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.419.036
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.729.913
TOTAL	11.515.908	4.581.903	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(1.236.194)	17.148.949

								31/12/2015 (Reapresentado)
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) (*)	4.990.299	23.861.003				2.181.731		
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.757.186	175.223	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.295.907)	7.682.533
Mercado externo	4.445.813	3.012.027					121.324	7.579.164
Total receita líquida (nota 23)	11.202.999	3.187.250	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.174.583)	15.261.697
Custo produtos e serviços vendidos	(9.126.889)	(2.323.687)	(141.809)	(788.046)	(195.644)	(330.263)	1.166.237	(11.740.101)
Lucro Bruto	2.076.110	863.563	70.920	368.887	48.905	101.557	(8.346)	3.521.596
Despesas vendas e administrativas	(955.247)	(69.602)	(20.473)	(89.678)	(23.186)	(72.894)	(669.441)	(1.900.521)
Depreciação (nota 11 a)	670.496	377.344	12.777	189.361	17.073	46.505	(182.687)	1.130.869
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							499.475	499.475
EBITDA ajustado	1.791.359	1.171.305	63.224	468.570	42.792	75.168	(360.999)	3.251.419
Vendas por área geográfica								
Ásia	16.980	2.836.505					122.267	2.975.752
América do Norte	1.901.989							1.901.989
América Latina	376.458	42.730					(943)	418.245
Europa	2.104.944	132.792						2.237.736
Outras	45.442							45.442
Mercado externo	4.445.813	3.012.027					121.324	7.579.164
Mercado interno	6.757.186	175.223	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.295.907)	7.682.533
TOTAL	11.202.999	3.187.250	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.174.583)	15.261.697

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Em 2015, Namisa 60%).

• EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
	Reapresentado	
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(853.058)	(1.215.964)
Resultado de Operações Descontinuadas	9.561	(1.911)
Depreciação/Amortização/Exaustão (nota 11 a)	1.278.816	1.130.869
IR e CSLL (nota 16)	266.546	2.903.216
Resultado financeiro (nota 26)	2.522.427	3.365.162
EBITDA	3.224.292	6.181.372
Outras receitas/(despesas) operacionais (nota 25)	413.221	(2.269.156)
Resultado equivalência patrimonial	(64.918)	(1.160.272)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	502.345	499.475
EBITDA ajustado (*)	4.074.940	3.251.419

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2016 a CBS tinha 34.051 participantes (33.065 em 31 de dezembro de 2015), dos quais 19.442 eram contribuintes ativos (18.430 em 31 de dezembro de 2015), 13.783 eram funcionários aposentados (13.965 em 31 de dezembro de 2015) e 826 eram beneficiários vinculados (670 em 31 de dezembro de 2015). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2016, 11.751 pertencem aos planos de Benefício Definido, 13.735 ao plano Misto, 1.285 ao plano CBSPrev Namisa e 7.280 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2016 a CBS detinha 20.143.031 ações ordinárias da CSN (mesmo número em 31 de dezembro de 2015). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,0 bilhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2015). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados “35% da Média Salarial” e “Plano de Suplementação da Média Salarial”, a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

28.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo

gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está aberto para entrada de novos participantes, porém encontra-se em andamento junto a Previc pedido de análise para fechamento do plano.

28.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

28.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(119.854)	(114.433)	28.004	25.294
Benefícios de saúde pós-emprego			691.262	489.074
	(119.854)	(114.433)	719.266	514.368

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(109.106)	(112.660)	28.004	25.294
Benefícios de saúde pós-emprego			691.262	489.074
	(109.106)	(112.660)	719.266	514.368

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.872.442	2.430.381
Valor justo dos ativos do plano	(3.193.493)	(2.684.736)
Déficit/(Superávit)	(321.051)	(254.355)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	229.201	165.216
Passivo / (Ativo) Líquido	(91.850)	(89.139)
Passivos	28.004	25.294
Ativos	(119.854)	(114.433)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(91.850)	(89.139)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2016 é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.430.381	2.508.441
Custo do serviço	1.244	1.807
Custo dos juros	311.361	293.533
Benefícios pagos	(264.287)	(235.541)
Perda/(ganho) atuarial	393.743	(137.859)
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.872.442	2.430.381

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2016 é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(2.684.736)	(2.745.834)
Receita com juros	(345.521)	(322.460)
Benefícios pagos	264.287	235.830
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(427.523)	147.728
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(3.193.493)	(2.684.736)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Custos de serviços correntes	1.244	1.807
Custos de juros	311.361	293.533
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(345.521)	(322.460)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	22.189	18.422
	(10.727)	(8.698)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)	7	4
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(10.734)	(8.702)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(10.727)	(8.698)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2016 está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
(Ganhos) e perdas atuariais	393.743	(137.859)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(427.523)	147.728
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	41.796	(4.208)
	8.016	5.661
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	8.023	5.665
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos	(7)	(4)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	8.016	5.661

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuariais, conforme item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2016
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	9.131
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	331.280
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	53.332
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(427.523)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	41.796
(Ganhos) e perdas atuariais	8.016

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 11,68% Plano 35% e Suplementação: 11,72%	Plano Milênio, 35% e Suplementação : 13,43%
Taxa de inflação	5,50%	5,70%
Taxa de aumento nominal do salário	6,56%	6,76%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,50%	5,70%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 11,68% Plano 35% e Suplementação: 11,72%	Plano Milênio, 35% e Suplementação : 13,43%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio, Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio, Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais				
Masculino	20,45	19,55	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17	23,02	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos				
Masculino	42,69	41,59	42,69	41,59
Feminino	46,29	45,30	46,29	45,30

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício complementar.

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2016		31/12/2015	
Renda Variável	62.904	1,97%	25.801	0,96%
Renda Fixa	2.966.272	92,88%	2.492.324	92,83%
Imóveis	42.383	1,33%	124.306	4,63%
Outros	121.934	3,82%	42.305	1,58%
Total	3.193.493	100,00%	2.684.736	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2016 foi de R\$35.798 (R\$35.739 em 31 de dezembro de 2015).

28.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2017.

Para o plano misto de benefício complementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 28.495 serão pagas em 2017 para a parcela de contribuição definida e R\$ 800 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

28.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

31/12/2016

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	136	(163)	121	(399)	(953)	931
Efeito no valor presente das obrigações	(14.237)	15.342	(69.598)	73.654	(40.065)	43.662
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					398	(354)
Efeito no valor presente das obrigações			1	(1)	2.850	(2.527)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.905	(1.779)	9.269	(8.634)	5.360	(4.919)
Efeito no valor presente das obrigações	16.277	(15.204)	79.189	(73.775)	45.567	(41.806)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(1.063)	1.054	(4.495)	4.414	(822)	810
Efeito no valor presente das obrigações	(9.038)	8.962	(38.360)	37.667	(7.589)	7.444

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos	2016
Ano 1	238.706
Ano 2	256.136
Ano 3	266.217
Ano 4	276.345
Ano 5	286.458
Próximos 5 anos	1.579.822
Total de pagamentos esperados	2.903.684

28.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações	691.262	489.074
Passivo	691.262	489.074

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo atuarial no início do exercício	489.074	576.480
Despesa reconhecida no resultado do exercício	62.342	67.620
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(70.411)	(57.525)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	210.257	(97.501)
Passivo atuarial no final do exercício	691.262	489.074

Para o plano de saúde – pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$80.490 (R\$56.838 em 31 de dezembro de 2015).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	210.257	(97.501)
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	210.257	(97.501)

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2016	31/12/2015
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	41,59	41,59
Feminino	45,30	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2016	31/12/2015
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	Winklevoss com probabilidades de morte reduzidas em 1% em todas as idades	Winklevoss com probabilidades de morte reduzidas em 1% em todas as idades
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	11,73%	13,43%
Inflação	5,50%	5,70%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (<i>Aging Factor</i>)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (<i>HCCTR</i>)	8,93%	8,87%
Custo médico médio (<i>Claim Cost</i>)	698,57	515,37

28.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

	31/12/2016	
	Plano de Assistência Médica	
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	248	(336)
Efeito no valor presente das obrigações	(26.037)	28.353
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	7.368	(6.306)
Efeito no valor presente das obrigações	62.810	(53.756)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(4.186)	4.360
Efeito no valor presente das obrigações	(35.689)	37.165

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2016
Ano 1	65.068
Ano 2	67.520
Ano 3	69.890
Ano 4	72.127
Ano 5	74.198
Próximos 5 anos	394.037
Total de pagamentos esperados	742.840

29. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.547.937	2.544.600	23.007	39.559	4.866	5.991	2.575.810	2.590.150
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	76.700	81.700				450	76.700	82.150
Sepetiba Tecon	R\$	Indeterminado					28.914		28.914	
Cia Metalurgica Prada	R\$	Indeterminado			333	333	19.340	19.340	19.673	19.673
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	2.829			2.829	2.829
Congonhas Minérios	R\$	22/09/2022	2.000.000	2.000.000			2.520		2.002.520	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado		1.003						1.003
Outros	R\$			12.000						12.000
Total em R\$			4.624.637	4.639.303	26.169	42.721	55.640	25.781	4.706.446	4.707.805
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
Total em US\$			2.950.000	2.950.000					2.950.000	2.950.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	25.000	25.000					25.000	25.000
Total em EUR			145.000	145.000					145.000	145.000
Total em R\$			10.112.913	12.135.468					10.112.913	12.135.468
			14.737.550	16.774.771	26.169	42.721	55.640	25.781	14.819.359	16.843.273

30. COMPROMISSOS

30.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período		2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
	2015	2016						
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	197.646	873.186	767.031	767.031	767.031	746.150	3.672.166	6.719.409
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	1.023.465	621.551	261.542	40.524	40.524	40.524	40.522	423.636
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	104.013	49.487	6.013	6.013	6.013	6.013	13.528	37.580
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	127.776	36.765	15.005	5.665	5.665			26.335
	1.452.900	1.580.989	1.049.591	819.233	819.233	792.687	3.726.216	7.206.960

30.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2016, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa / Concessão	Natureza do serviço	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	8.676	8.676	8.676	8.676	60.732	95.436
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, o contrato foi renovado e o vencimento ocorrerá em 2047.	100.217	100.217	100.217	100.217	2.705.859	3.106.727
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	28.996	28.996	28.996	28.996	159.478	275.462
		137.889	137.889	137.889	137.889	2.926.069	3.477.625

30.c) Projetos e outros compromissos

• Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% o qual estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. realizar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão,

Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal no. 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLSA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que existe configurado descumprimento das obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. O procedimento está em fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

Em relação à Malha I, existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT decidiu instaurar um processo administrativo para apurar o eventual descumprimento do contrato de concessão e, caso comprovada a irregularidade, poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. A Concessionária apresentou recurso contra esta decisão, estando o procedimento na fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

31. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2016, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de outubro de 2016 a 30 de Setembro de 2017. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e CSN Mining. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social pagos	456.227	134.920		120.075
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 11 e 26)	215.794	166.366	127.675	160.777
Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo	7.437	566.413		566.413
Redução de capital sem efeito caixa				60.038
Capitalização com adiantamento para futuro aumento de capital		3.229		61.486
Capitalização em controlada de empréstimo concedido			52.419	
Aumento de capital sem efeito caixa				331.869
	679.458	870.928	180.094	1.300.658

33. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(853.058)	(1.215.964)	(934.747)	(1.214.122)
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	87	230	5.403	(722)
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(219.417)	92.221	(227.352)	93.663
Imposto de renda e contribuição social sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(2.619)	(64.756)		(65.246)
	(221.949)	27.695	(221.949)	27.695
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	(486.890)	513.685	(486.890)	513.685
Ativos disponíveis para venda	711.942	(969.701)	711.942	(938.160)
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos disponíveis para venda		174.128		163.404
Ativos disponíveis para venda reflexo de investimentos em controladas, líquidos de impostos				(20.817)
Impairment de ativos disponíveis para venda		555.298		555.298
Imposto de renda e contribuição social sobre Impairment de ativos disponíveis para venda		(33.269)		(33.269)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	1.299	1.980	1.299	1.980
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	1.005.968	(1.410.896)	1.005.968	(1.410.896)
Imposto de renda e contribuição social sobre (perda)/ganho de hedge de fluxo de caixa		(41.014)		(41.014)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	77.444	11.439	77.444	11.439
(Perda)/ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas			77.952	(20.148)
(Perda)/ganho hedge de investimento líquido no exterior	77.952	(20.148)		
	1.387.715	(1.218.498)	1.387.715	(1.218.498)
	1.165.766	(1.190.803)	1.165.766	(1.190.803)
Resultado Abrangente Total do Exercício	312.708	(2.406.767)	231.019	(2.404.925)
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	231.019	(2.404.925)	231.019	(2.404.925)
Participação dos acionistas não controladores	81.689	(1.842)		
	312.708	(2.406.767)	231.019	(2.404.925)

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Processos Possíveis**

- Andamento relevante no Processo n. 19515.723039/2012-79**

Em fevereiro/2017, a Companhia foi notificada do julgamento dos Embargos de Declaração opostos em face da decisão do CARF prolatada no processo 19515.723039/2012-79, em que a Receita Federal do Brasil questiona o ganho de capital da suposta venda de 40% da NAMISA (Incorporada na CSN Mineração). O CARF, em síntese, entendeu pela procedência do auto de infração. A Companhia, todavia, tem convicção quanto à legitimidade da operação e, portanto, está tomando as medidas processuais e legais cabíveis para reverter a decisão. Importante ressaltar, por fim, que essa decisão não altera o prognóstico de perda do caso, que permanece como possível, vide nota 18.

- **Andamento relevante no Processo n. 19515.723053/2012-72**

A Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF julgou no dia 14/03/2017 recurso especial da Fazenda Nacional contra decisão anterior favorável à Namisa, (Incorporada na CSN Mineração) prolatada no processo nº 19515.723053/2012-72, em que a Receita Federal do Brasil questiona a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio decorrente da operação realizada com o Consórcio Asiático em 2008. O CARF, em síntese, entendeu pela procedência do auto de infração. A Companhia, todavia, tem absoluta convicção quanto à legitimidade da operação e, portanto, está tomando as medidas judiciais cabíveis. Importante ressaltar, por fim, que essa decisão não altera o prognóstico de perda do caso, que permanece como possível, vide nota 18.

- **Investigação Independente – Construção da Planta de Aços Longos**

Considerando a citação de um executivo da Companhia em notícias divulgadas pela imprensa, a partir de depoimentos prestados perante o Poder Judiciário, o Comitê de Auditoria decidiu contratar serviço forense especializado para conduzir investigação externa e independente acerca do relacionamento contratual relativo à construção da Planta de Aços Longos da CSN contrato no qual teria havido supostos pagamentos indevidos, a título de bônus, como forma de reembolso a pagamentos efetuados a partidos políticos, bem como para analisar a extensão da relação comercial entre as contratantes. A conclusão da Investigação, é de que nada dos depoimentos acima referidos restou confirmado, inexistindo contingências decorrentes dos temas investigados. Por conseguinte, entende a Companhia que, não existe fundamento para justificar a constituição de qualquer provisão para perdas ou divulgação de contingência.